

NOVOS Rumos

Revista oficial da Associação dos Magistrados do Paraná e Judicemed



Impresso Especial

991227716-3/11 DR/PR

AMAPAR

CORREIOS

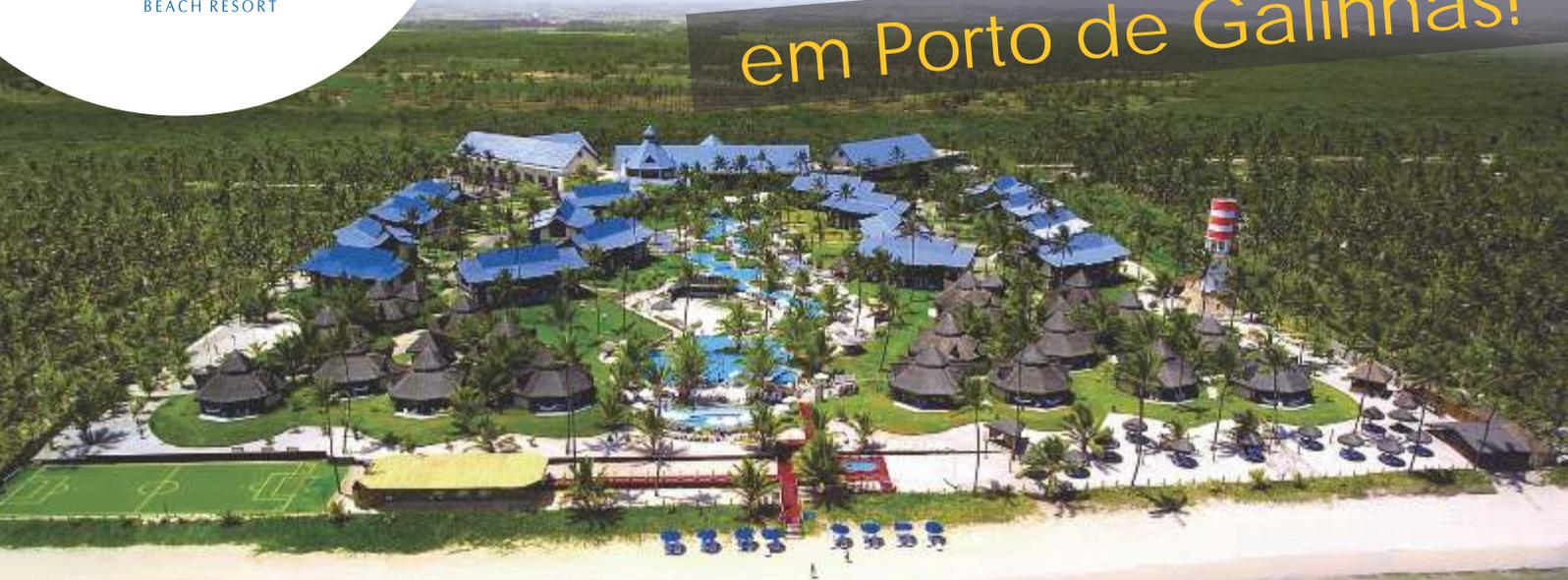
Amapar e Judicemed | Edição nº 181 | www.amapar.com.br

Foco na Turma

pág. 18



VIII Congresso Estadual da Magistratura Paranaense em Porto de Galinhas!



28 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO

O QUE
VOCÊ ESTÁ
ESPERANDO



A **AMAPAR** estendeu os prazos e a bonificação de **R\$400** valerá até o fim das vagas disponíveis!

É possível consultar na agência os horários dos vôos disponíveis, que podem ser comprados com milhas ou diretamente dos sites de vendas.

4 dias e 3 noites (hospedagem + transfer)

R\$1085^{},00**

**Valor com bonificação válido apenas para o magistrado. Os acompanhantes pagam o valor integral. Duas crianças de até 12 anos não pagam.



Sistema Summer Inclusive!

Restaurantes, bar da piscina, bar do lobby...
Tudo incluso! Todas as refeições, petiscos, porções, coquetéis, bebidas (alcoólicas e não-alcoólicas), entre outros, já estão inclusos no pacote adquirido.

Mais informações pelo telefone **(41) 3017-1624** ou pelo site **www.amapar.com.br**



O MOMENTO É DE UNIÃO

Entre os dias 23 e 26 de maio estivemos em Campo Mourão participando do Campeonato de Futebol da Magistratura Paranaense, edição 2013, que teve a adesão de vários magistrados, de capital e interior, e que puderam competir amistosamente, haja vista que cada time pode contar - o que é raro no Estado - com pelo menos dois jogadores reservas.

Foram dias de boa convivência e confraternização, estando de parabéns a organização, capitaneada pelo colega Edson Rueda.

Na ocasião, fizemos a reunião dos coordenadores regionais, em que vários temas foram debatidos, direcionando o entendimento da magistratura em diversas questões institucionais e que pautaram nossas ações junto ao Tribunal de Justiça.

Campo Mourão é uma bela cidade, e revelou aquilo o que já tínhamos certeza: que eventos dessa natureza têm que ser realizados no interior, em regiões que não sejam metropolitanas, a exemplo do que ocorreu nos anos anteriores, em Cianorte e Guaíra.

Eventos assim carregam o símbolo da amizade construída ao longo da carreira, vínculos que se eternizam e se solidificam de forma inabalável, aconteça o que acontecer. Amizade é algo que se constrói com verdade e a verdade é o que se destaca nas páginas desta revista.

Vejam os: a) os dez anos das turmas recursais, que não merecem só comemoração, mas o aplauso geral e unânime a todos aqueles que foram elementos de sua composição: mais de setenta juízes formam os pilares que sustentaram mais essa verdade, hoje bandeira da 2a. Vice-Presidente, Desembargadora Dulce Cecconi; b) também os trinta anos da Escola da Magistratura, discreta e respeitosamente bem comemorados, com ciclo de palestras e solenidade prestigiada e prestigiadora daqueles - diretores, professores e colaboradores - que a fundaram, construíram e a consolidaram, verdadeiramente, como a melhor do país; c) a despedida pela aposentadoria do querido Noeval, alma insubstituível na magistratura e na atividade jurisdicional, e que trazia em si a verdade inabalável no olhar sereno, de temperança e fé; d) a atividade dos nossos magistrados em prol do bem comum, em especial do Projeto Justiça no Bairro, verdade carregada nos ombros há mais de dez anos pela prestigiadíssima Desembargadora Joeci, e que, a cada edição, traz um avanço, como o primeiro casamento homoafetivo lá realizado e efetivado; além da Joeci, ainda destaca-se o elogiado trabalho dos colegas Vanessa Gimenez e João Zarpellon, nas comarcas de Cornélio Procópio e Cianorte, respectivamente, e ainda, o livro recentemente lançado pelo novato Rogerio Cunha, que, com menos de sete meses de magistratura, já editou sua primeira obra, de muitas outras verdadeiras que virão; e) e, por fim, a assunção dos novos juízes e desembargadores, todos jovens anunciando os bons e novos tempos que estão verdadeiramente por vir.

Verdade seja dita: o momento é de união, em nome da amizade e do bem de todos, haja o que houver, aconteça o que acontecer, sempre pelo Paraná!

Boa leitura a todos!

Fernando Ganem, Presidente



Uma instituição de amigos

Escola da Magistratura do Paraná comemora 30 anos de bons serviços prestados à comunidade jurídica

Como frisou o diretor-geral da Escola da Magistratura do Paraná, Luciano Campos de Albuquerque, uma solenidade entre amigos marcou as comemorações dos 30 anos de existência da Escola da Magistratura do Paraná (Emap). No ato realizado na noite do dia 17 de junho, no auditório do histórico Tribunal do Júri de Curitiba, ex-diretores da instituição, cursistas da primeira turma da Escola, professores, magistrados, funcionários, os atuais e ex-alunos foram homenageados.

“Realizamos hoje uma reunião familiar”, salientou Luciano Albuquerque, ao agradecer todos os presentes durante o encontro especial que foi prestigiado por membros da cúpula diretiva do TJ, como o presidente Clayton Camargo, o 1º vice-presidente, Paulo Roberto Vasconcelos, e o corregedor-geral, Lauro Augusto Fabrício de Melo. Também acompanharam o evento vários desembargadores do TJ, juízes, professores, ex-diretores, familiares, alunos e amigos.

Ao abrirem as homenagens à instituição e agradecerem a presença dos convidados, falaram o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Fernando Ganem, e o atual diretor geral do Colégio Permanente dos Diretores de Escolas da Magistratura (COPEDEM), o desembargador paulista Antonio Rulli Junior. Ambos evidenciaram a qualidade dos serviços prestados pela Emap ao longo dos anos. “Muitos que aqui estão hoje para parabenizar a Escola fazem parte da história como ex-alunos”, declarou Ganem, que frequentou o curso de preparação à magistratura antes de ingressar na carreira.

Transformadores da sociedade – Convidado especial do evento, o juiz paranaense Roberto Portugal Bacellar proferiu um discurso propício para o dia, que também foi marcado por protestos de transformação social em todo o País.

Durante a sua fala, o magistrado, que é candidato ao cargo de presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), falou da constante capacitação dos magistrados, bandeira defendida por Bacellar ao longo dos anos. “A nossa escola já fazia

estudos de casos desde o início”, lembrou. O magistrado também destacou a importância do juiz que está voltado ao cidadão comum, não apenas focado na técnica jurídica. “Na era da informação falta conhecimento para as pessoas. O magistrado, com base na informação, deve procurar o conhecimento. O juiz precisa de conhecimentos transdisciplinares para ser um bom prestador de serviço à comunidade”, completou. Bacellar é o atual diretor-geral da Escola Nacional da Magistratura e dirigiu a Emap durante o biênio 2008/2009.

Coube ao desembargador Ruy Fernando de Oliveira lembrar fatos que somaram à história da Escola, que foi fundada em 1983 por um grupo de lideranças da magistratura paranaense. Ruy Fernando dirigiu a instituição entre os anos de 1988 e 1991. “No começo tivemos grandes dificuldades, inclusive estruturais. Acredito que até hoje um dos principais papéis da Escola esteja na preparação dos novos juízes, recém aprovados no concurso, como sempre foi”, afirmou o magistrado.

Encerramento – Como desfecho das homenagens, o presidente do TJ, desembargador Clayton Camargo, evidenciou a importância da Escola na formação de bons juízes e lembrou que o papel da instituição é necessário para o Poder Judiciário. “A Escola da Magistratura constitui hoje instituição fundamental para a formação e o aperfeiçoamento de juízes. Cada vez mais deve receber a atenção por parte dos órgãos do Poder Judiciário”, declarou. O dirigente do TJ também pontuou que a Emap sempre esteve na vanguarda do ensino voltado para o exercício da judicatura.



Com a palavra, o diretor



Discreto, o atual diretor-geral da Escola da Magistratura do Paraná (Emap), Luciano Campos de Albuquerque, conversou recentemente com a reportagem da revista *Novos Rumos* e falou sobre as comemorações do trigésimo aniversário da Escola, que ocorreram no dia 17 de junho. Também comentou sobre as principais atividades desenvolvidas atualmente pela diretoria, da atualização contínua dos magistrados e de novos projetos.

Como bem ressalta o magistrado, a participação de todos os diretores, funcionários, enfim, o trabalho coletivo é que representa a instituição. “A estrela é a Emap”, resume Albuquerque. Confira a entrevista.

Doutor Luciano, no que tange à constante atualização dos magistrados, qual o atual foco da Escola?

Existem os cursos obrigatórios, para juízes que ingressam na carreira e para vitaliciandos, que seguem as resoluções da ENFAM, no que tange aos temas ministrados.

Nos cursos de formação continuada há duas linhas principais. A primeira respeita as necessidades pragmáticas para o exercício da magistratura. São cursos sobre temas específicos, que os magistrados solicitam em razão das necessidades diárias. Por exemplo: processo eletrônico, gestão de pessoas e processos, problemas referentes à saúde pública, questões atuais de processo civil e processo penal, etc.

Há outra linha que se dirige à formação filosófica, humanística e interdisciplinar do magistrado. A compreensão do mundo atual requer um conhecimento que em muito ultrapasse a dogmática do direito. A argumentação jurídica, a história do direito, o direito comparado, fazem parte da programação de aperfeiçoamento dos magistrados paranaenses.

E o curso de preparação à magistratura, como ele tem sido desenvolvido pela atual gestão?

Nosso modelo pedagógico de formação é ótimo e vem sendo apenas aperfeiçoado durante os anos, desde que adotado o formato de aulas teóricas e práticas. Uma inovação deste ano é que o Conselho Técnico da EMAP aprovou a possibilidade dos núcleos desenvolverem as aulas práticas com o processo eletrônico. Faz parte do projeto ecológico da EMAP a eliminação do uso do papel, desde seus procedimentos internos, avaliação de cursos, até finalmente nas aulas práticas.

Como o senhor analisa os constantes pedidos da magistratura para uma maior aproximação da Escola e Tribunal de Justiça? Como e em quais questões a parceria entre as duas instituições deveria ser mais próxima? Com quais propósitos?

Na minha forma de entender, a relação entre a Emap e o Tribunal de Justiça não deve ser nem próxima, nem distante. Deve ser institucional, republicana e cooperativa. São muitos os cursos e temas indicados pela Corregedoria e Presidência que são realizados com o propósito único de disponibilizar ao magistrado um projeto de formação continuada de qualidade.

O senhor tem acompanhado os debates em torno de mudanças no concurso para ingresso na carreira? Qual a opinião do senhor sobre a proposta do CNJ de haver uma etapa nacional, prévia, no certame?

No atual estágio do debate sobre esse tema, tenho que concordar com a entrevista que o Dr. Roberto Bacellar concedeu ao jornal *Gazeta do Povo*, em que ele ressalta a necessidade de se verificar como esta etapa nacional ocorreria, qual sua formatação, pois o Brasil é um continente, com peculiaridades, dificuldades e necessidades diversas.

1º
curitibano
BLUES
Festival



15 a 17
de agosto de 2013
21H00
Pontualmente

— Clube Curitibano - Salão Azul —

15.08 - **KENNY BROWN** (NEW ORLEANS)
QUINTA - **MILK 'N BLUES** (CURITIBA)

16.08 - **ADRIANO GRINEBERG** QUARTETO (SP)
SEXTA - **DEITRA FARR** (CHICAGO)

17.08 - **ACÚSTICO BLUES TRIO** (LONDRINA)
SÁBADO - **DERICO** (SP)
- **BENE CHIREIA** (CURITIBA)
- **ANDRÉ CHRISTOVAM TRIO**
- **E CASSIO POLETTO** (SP)

— Informações: (41) 9106 1324 —

Patrocínio:



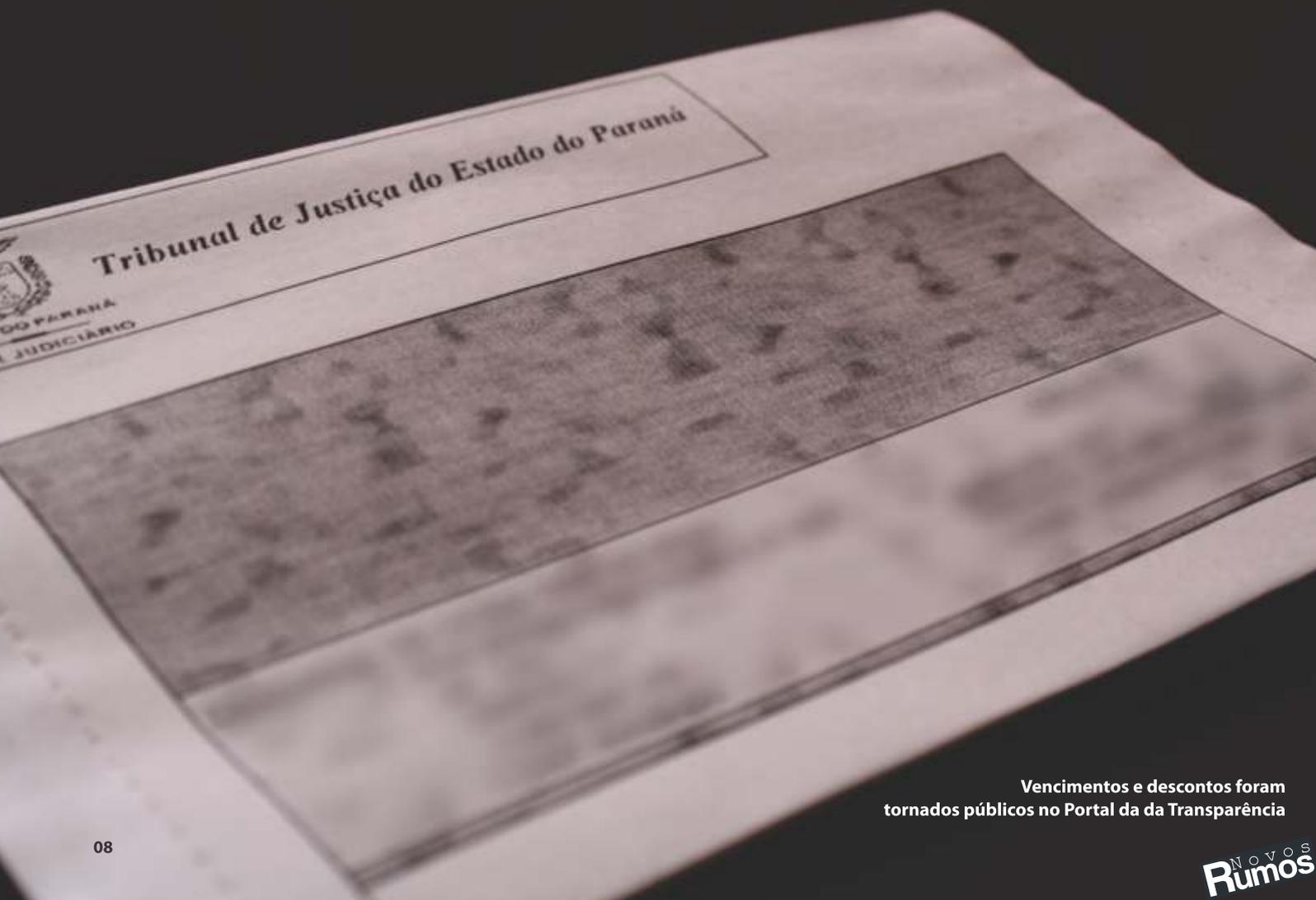
Chris Brasil. 
Arquitetura

Apoio:



Intimidade revelada

Amapar e Sindijus ingressam com nova ação para impedir a divulgação individualizada dos nomes e salários de magistrados e servidores do TJ-PR



Vencimentos e descontos foram tornados públicos no Portal da da Transparência

Para Fernando Ganem, a divulgação fere a intimidade dos magistrados.



Com a divulgação no site do Tribunal de Justiça do Paraná, por pressão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dos respectivos nomes e salários, de forma detalhada, de magistrados e servidores, o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Fernando Ganem, emitiu opinião e concedeu entrevistas aos principais jornais do Paraná. Para Ganem, o fato "fere a intimidade dos magistrados".

Como consta, o TJ foi obrigado a divulgar os dados, no espaço que leva o nome de Portal da Transparência, após liminar que tramitava no Supremo Tribunal Federal (STF), e impedia a divulgação, ter sido derrubada. A Amapar e o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (Sindjus) haviam entrado com um mandado de segurança no ano passado para impedir a exposição dos nomes dos servidores junto aos salários no site do TJ.

A liminar foi concedida, ainda em 2012, mas a tramitação foi interrompida em maio deste ano por decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF). Com isso, a publicação dos nomes passou a ser exigida. Para tentar reverter a situação, a Amapar já protocolou embargo de declaração e agravo no STF. "Entendemos que deveria ser divulgado o salário, mas sem nomes. Isso fere a intimidade. A pessoa podia ser reconhecida pelo RG, ou pela matrícula, mas não pelo nome", argumentou Ganem, em entrevista concedida à Gazeta do Povo, logo após a lista com os ganhos salariais, ao lado dos nomes, ser disponibilizada no site do Tribunal.

O jornal Folha de Londrina também relatou o caso e divulgou nota da Amapar presente no site da entidade. No texto, Ganem considerou o episódio como "lamentável".

Contrários - Após a notícia da divulgação de nomes e respectivos salários ter se espalhado, diversos magistrados paranaenses emitiram opinião nas redes sociais. Uma magistrada disse que o fato se trata de verdadeiro "absurdo" e que agora só faltaria ser revelada a sua movimentação bancária.

Outro magistrado, de forma descontraída, deixou um recado ao futuro ladrão. "Atenção, você, assaltante. Se quiser saber quanto eu ganho, é só olhar no site do TJPR", brincou, apesar do inconformismo.

Outros órgãos

Logo após o TJ do Paraná ter colocado em prática, forçadamente, a divulgação individualizada dos salários, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) comunicou que também adotaria a prática configurada como "transparência dos Poderes". Além do TJ e Alep, o Tribunal de Contas do Estado (TC) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) também divulgam de forma individualizada os salários no Paraná. Nos outros órgãos, ainda não há previsão de quando isso será implementado.

No Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) e na seção paranaense da Justiça Federal, a divulgação está pendente por causa de uma liminar proposta por sindicatos de servidores. O mérito da questão ainda não foi julgado. Já o Ministério Público Estadual (MP) considera que a forma de divulgação utilizada atualmente, divulgando a folha de pagamento com o número da matrícula dos servidores, sem revelar seus nomes, já atende às determinações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

No Governo do Paraná, a assessoria de comunicação da Secretaria da Administração e Previdência informou que a divulgação "merece estudo mais aprofundado". A Câmara Municipal de Curitiba também estuda a possibilidade de divulgação nominal, após a decisão do TJ. Por fim, a Prefeitura de Curitiba informou que só deve fazer alterações caso haja uma decisão definitiva do STF sobre essa questão, por temor de que a divulgação motive processos contra a administração pública. *Com Gazeta do Povo*

Proposta no Senado

Empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e autarquias públicas também serão obrigadas a divulgar a remuneração de seus servidores. A exigência, que já alcança a maioria do funcionalismo público, foi aprovada no dia 12 de junho pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A divulgação dos vencimentos de servidores federais, estaduais, distritais e municipais passou a ser obrigatória com a aprovação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). No entanto, como a medida não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) resolveu suprir esta lacuna por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 3/2012).

A iniciativa em questão estabelece a divulgação mensal, mediante relação nominal, de remuneração e demais valores pagos aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista. Ficam resguardados - exclusivamente e mediante justificação - os casos cujo sigilo da identificação do servidor seja indispensável à segurança da sociedade e do Estado. "Trata-se de dar ao cidadão e à opinião pública instrumento imprescindível à fiscalização do gasto público", sintetizou Requião. *Com Senado Federal*



Adeus

A aposentadoria compulsória, aos 70 anos, para magistrados, traz à baila muitos dilemas, entre eles o de postergar o período como propõem algumas frentes. O famigerado termo que apelidou a PEC da “bengala” gera impressões distorcidas de inatividade do profissional, esquecimento e tantos outros aditivos que conflitam aqueles que temem o envelhecimento por não estarem preparados para se aposentar. Expressão infeliz para tal proposta.

Deixar de lado o gabinete, processos, equipe de trabalho e o respeito que o cargo impõe, tudo isso gera um choque. Quando conquistado todo o reconhecimento, no ápice da carreira, muitos magistrados desfrutam de maior conforto e de melhor apoio técnico para consecução do trabalho. Mas a idade chega e o adeus “obrigatório” assombra as cabeças ainda ativas.

Outros, como o desembargador Noeval de Quadros, não transitam por esse ideal cercado por uma obrigatoriedade, com linha final pré-definida. Vivem para viver, para o presente e o futuro, mas com grande apego ao passado positivo. Por isso, aos 61 anos, com mais de quatro décadas de ofícios prestados ao serviço público, Noeval disse “Adeus, colegas”.

A despedida do magistrado, com pedido aprovado durante sessão realizada em maio deste ano pelo Órgão Especial, não está atrelada ao cansaço, ou tão somente à desculpa de esgotamento para a judicatura. Mas sim, na simples e mais fiel escolha subjetiva, de quem não conta a idade por números, mas por fatos que compõem o seu nome e sua trajetória.

A disciplina, grande premissa espiritual, fez Noeval viver e atuar no campo do Direito. Agora, tal princípio trará novas decisões, para a vida. Com a palavra, Noeval de Quadros.

us voluntário

Desembargador Noeval de Quadros não espera a aposentadoria compulsória e antecipa a despedida aos 61 anos de idade

Desembargador Noeval, após a sessão do Órgão Especial do dia 27 de maio, muitos magistrados receberam com grande surpresa o anúncio de sua aposentadoria. Afinal, o senhor tem 61 anos e, pelo que tudo indica, está com grande disposição para continuar nas atividades relacionadas ao cargo de desembargador. Quais foram os motivos que levaram o senhor a se despedir do cotidiano forense no Tribunal de Justiça?

Os mais próximos sabem que venho amadurecendo essa ideia há tempo. Não foi surpresa. Quanto à idade, perguntaram certa vez a Galileu Galilei que idade ele tinha. Ele respondeu: “15, 8 ou 2 anos, não sei. A idade que tenho é a que me resta para viver, não a que já vivi!” Pois eu quero viver da melhor forma possível a idade que tenho.

O que significa viver da melhor forma possível?

Faz falta para juízes e servidores uma preparação para a aposentadoria, que ajude a diversificar atividades, fazer planos, e ver que ninguém é indispensável. Não importa que a pessoa se aposente com 70 anos, ou menos, o que importa é que tenha uma qualidade de vida boa, depois que se aposente. Que feche o ciclo. Não vai ser fácil, sei que vou sentir falta da judicatura, do convívio diário com servidores e juízes, mas toda escolha comporta uma perda. Quem não se preparou bem antes, não deve se aposentar.

Não acho que minha aposentadoria seja precoce. Tenho 47 anos e oito meses de serviços prestados. Antes, fui comerciário, bancário, advogado e professor universitário. Exerci a magistratura por 15 anos em primeiro grau e 17 e meio em segundo grau (incluindo a substituição). É um período longo. Quando senti que diminuía o meu entusiasmo por lidar com a avalanche diária de processos, vi que era hora de dar lugar a outro, porque todo juiz almeja chegar ao cargo de desembargador, ápice da carreira.

Em relação ao desafio de assumir, durante o biênio 2011-2012,

a Corregedoria-Geral de Justiça do Paraná, quais os principais aprendizados que o senhor acumulou?

Foram quase três anos, período de muito trabalho, sete meses na Corregedoria da Justiça (em 2010) e depois dois anos na Corregedoria-Geral, rico de novas experiências. Havia um entrosamento muito grande da cúpula e um desejo de todos nós em melhorar o primeiro grau. A gestão do Presidente Kfourri vai ficar marcada porque fez uma grande revolução, promovendo avanços inegáveis.

A Corregedoria tinha de ser muito ágil, fazer estudos e demonstrar a viabilidade e conveniência das medidas aos demais órgãos diretivos, para a aprovação das mudanças. Para isso, contei com valoroso grupo de juízes auxiliares e assessores, sempre trabalhando com afinco insuperável. Período de trabalho frenético, desgastante, mas um período mágico, de muitas realizações, do qual eu e, creio, os juízes de primeiro grau, jamais esqueceremos.

Foram muitos entraves com CNJ, opinião pública e imprensa? Como o senhor resume o trabalho?

Não houve cobranças, eu é que me cobrava mais. Quando era Corregedora Nacional, a Ministra Eliana Calmon, que tem um gênio muito forte, dizia coisas de impacto, mas ela e seus juízes auxiliares tinham atenção especial com nosso tribunal. Nunca tivemos desentendimento. Ela confiava no nosso trabalho e prestigiou muito o Paraná.

Não havia tanta pressão do CNJ, pelo menos na parte da corregedoria, porque a parte disciplinar eles deixaram por nossa conta e, na parte técnico-administrativa, eles nos ouviam bastante.

A impressão que o CNJ levou, nesta última inspeção, realizada em abril de 2013, sob o comando de um novo Corregedor Nacional, não considerou todas as melhorias feitas. Não é verdade que o primeiro grau esteja sucateado e o segundo grau folgado. Isso é fruto de uma observação distorcida da realidade. Afora alguns problemas pontuais, decorrentes da intensa movimentação dos juízes na carreira, a situação do Paraná

Não vai ser fácil, sei que vou sentir falta da judicatura, do convívio diário com servidores e juízes, mas toda escolha comporta uma perda. Quem não se preparou bem antes, não deve se aposentar.

é melhor do que a da maioria dos tribunais estaduais que eu conheci. Não há uma estrutura de gabinete do juiz igual ao que o Paraná tem hoje. Tenho certeza de que a atual cúpula vai desfazer essa má impressão, mostrando ao CNJ que os dados coligidos no 'Justiça em Números' de 2010, 2011 e 2012 evidenciam um cenário melhor. Quanto à imprensa, eles criticavam bastante as nossas ações porque é da essência da imprensa realçar o que eles acham que está errado, não falar das coisas boas. E a imprensa tinha muito o que falar porque era época de mudanças. Mas havia liberdade e muitas entrevistas. O chefe de redação dos principais jornais tinha o número do meu celular, e do presidente Kfouris, e ligava a qualquer hora, para fazer perguntas.

O senhor possui forte ligação com a doutrina espírita. Como o espiritismo contribuiu e contribui com o juiz e também ser humano Noeval de Quadros?

Descobri um filão rico de novos conhecimentos na doutrina. Sou espírita desde antes de me tornar juiz e o equilíbrio que algumas pessoas dizem que eu tenho, devo ao que aprendi na doutrina, porque ela faculta o autoconhecimento, que redundava em mais segurança e serenidade.

A religião, qualquer que ela seja, faz muito bem às pessoas. Além de conectar com o que há de transcendente em cada um, ajuda a diminuir o egoísmo feroz que predomina na sociedade. Combate o materialismo, os preconceitos, as diferenças. Trabalha a empatia e contribui para que as pessoas aprimorem o seu conceito de justiça, tolerância e solidariedade.

Na sua carta de despedida aos colegas magistrados e servidores, o senhor fez menção ao eterno beatle John Lennon. Gosta de música? Da boa cultura popular? O senhor possui algum hobby? Literatura? Quais são seus autores preferidos?

Gosto muito de ler, principalmente a literatura espírita (que é muito vasta). Não tenho um autor preferido. Vou muito ao cinema, e vou menos ao teatro do que gostaria, mas gosto de toda expressão popular.

Meu gosto por música é variado. Só não gosto de heavy metal. A música não é só fonte de distração, é também alimento para a alma. Quando trabalho em casa, tenho sempre um fundo musical. A música tem até poder curativo, como explica o livro "As energias curativas da música".

Terei, agora, mais tempo para cuidar da saúde, para as caminhadas, para acompanhar os jogos do "Glorioso", para escrever, que é outra coisa que gosto de fazer, estar com a minha mulher, filhos, com os três netos e voltar ao serviço voluntário. Coisas para fazer não faltam. Basta querer.



Por favor, um momento que ficará para sempre na memória, enquanto magistrado, e outro momento que gostaria de esquecer, se é que existe.

Sempre tive excelente relacionamento com os funcionários do fórum, ou do gabinete no tribunal, e esse é um fator que me ajudou a ter momentos de muita alegria na carreira. Um momento especial foi ter participado da administração do tribunal, de 2010 a 2012. Como disse, foi um momento rico de experiências, sobretudo pelo contato com juízes e servidores de todo o Estado, e agradeço aos desembargadores que me possibilitaram isso.

Outro momento que guardo na lembrança com muito carinho foi o tempo de professor e depois diretor da Escola da Magistratura. Participei da criação da ESEJE-Escola de Servidores (em 2007)

e isso demonstra que quando a gente tem ideias, cedo ou tarde elas germinam. Aliás, acho que o TJ pode se valer muito mais do potencial da EMAP e da ESEJE para tornar-se referência nacional na qualificação de juízes e servidores.

Mas a maioria dos momentos de alegria foram aqueles vividos na rotina diária, vencendo as pilhas de processos, na busca das soluções, da vida simples da cidade do interior, no deitar a cabeça no travesseiro, cansado e feliz por ter contribuído para realizar a justiça, conforme ditava a consciência. Eu desfrutei da caminhada, não tive pressa. Foram momentos inesquecíveis.

Não tenho momentos para esquecer, mas muitos motivos para agradecer.

Terei, agora, tempo para cuidar da saúde, para as caminhadas, para acompanhar os jogos do "Glorioso", para escrever, que é outra coisa que gosto de fazer, estar com a minha mulher, filhos, com os três netos e voltar ao serviço voluntário. Coisas para fazer não faltam. Basta querer.

“Eu não me envergonho de corrigir meus erros e mudar minhas opiniões, porque não me envergonho de raciocinar e aprender.”

Alexandre Herculano

01 a) Ele **carece** de dinheiro.

Quer dizer: Ele precisa de dinheiro.

b) Ele **carece** de razão.

Quer dizer: Ele não tem razão; o caso não tem importância.

02 **Mascate** (cidade portuária situada na Península Arábica, na Ásia) é capital de Oman. É daí que deriva o termo **“mascate”**, que significa **“mercador ambulante de quinilharias”**.

Tem a ver também com a histórica “Guerra dos Mascates”, em Pernambuco.

06 a) **Prelo**: máquina impressora, prensa.

b) **Prélio**: luta, combate.

07 **Estrato**, em Meteorologia, quer dizer “nuvem cinzenta e baixa”.

08 a) Escreva a carta.

b) Não escrevas a carta.

Use essas formas, quando empregar o pronome pessoal “tu”, no modo imperativo.

c) Escreva a carta.

d) Não escreva a carta.

Use as duas últimas formas, quando empregar o pronome pessoal “você”, nas mesmas condições.

03 **De ponta-cabeça** é brasileirismo. Significa de cabeça para baixo. A expressão **de pernas para o ar**, que também empregamos com o mesmo sentido, é usual em terras lusas.

04 a) **Trimestral**

Que se realiza de três em três meses.

b) **Trimensal**

Que se realiza três vezes por mês.

05 a) **Pedro caiu e quebrou uma costela.**

Temos o pretérito perfeito simples – que indica uma ação que existiu em certo momento do passado.

b) **Tenho escrito muitas cartas.**

Temos o pretérito perfeito composto – que exprime a repetição de um ato e sua continuidade até o presente.

09 a) **a parede – o paredão**

b) **a porta – o portão**

c) **a mulher – o mulherão.**

O aumentativo em “-ão” tem, normalmente, o gênero masculino, mesmo que a palavra da qual deriva seja feminina.

10 **“Última flor do Lácio, inculta e bela”.**

Trata-se das primeiras palavras do soneto de Olavo Bilac, publicado em 1918, no livro que tem por título “Tarde”. Como é sabido, chamou-se Lácio o território às margens do rio Tibre, na Itália, onde foi fundada a cidade de Roma e onde se falava o latim. O português foi a última das línguas românicas ou neolatinas (além do francês, do espanhol, do italiano etc.), reconhecida somente no século XII como língua autônoma. Deixou, então, de ser apenas o “romance”, ou seja, falar ao modo romano (= romanice loqui). Daí, a expressão poética **A última flor (no sentido de fruto) do Lácio.**



Renata Baganha no TRE

Em sessão solene realizada no dia 4 de junho, em Curitiba, a juíza Renata Estorilho Baganha foi empossada no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Ela sucede o magistrado Luciano Carrasco Falavinha na vaga titular destinada aos juízes de Direito.

No breve discurso, a magistrada ressaltou o compromisso com a democracia. "Devemos desconfiar do que parece natural, por que assim nunca nos acostumaremos com o habitual, mas seremos capazes de, com o distanciamento necessário ao bom exercício do

espírito crítico, fazer melhor, mudar o possível, e engrandecer, como se costuma dizer, a mais democrática das Justiças, a Justiça Eleitoral e, com isso, construir a cada passo, mais um passo de orgulho de nossa história, porque nós somos merecedores de um país melhor, de uma democracia mais forte, de um Judiciário rápido e eficiente, de eleições 'ficha limpa', de dignidade da mensagem que chega a cada família brasileira, de cada eleitor, de cada criança que muda com o seu país continental todos os dias, crescendo em competência e dignidade", afirmou Renata, que atuará durante dois anos na corte eleitoral paranaense.

O ato foi conduzido pelo atual presidente do TRE-PR, desembargador Rogério Coelho, e contou com a participação de membros da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Paraná, como o presidente Clayton Camargo e o 1º vice-presidente, Paulo Roberto Vasconcelos. Também estiveram presentes desembargadores, juízes, demais autoridades, servidores e familiares. O evento também foi marcado pela aposição da foto do desembargador Rogério Kanayama no mural de presidentes do TRE-PR.

Fonaje em Foz

O festejado Fórum Nacional dos Juizados Especiais (FONAJE) terá uma edição paranaense, em maio de 2014, na cidade de Foz do Iguaçu. A conquista para o Tribunal de Justiça do Paraná, por aclamação, veio após a candidatura formulada durante o último FONAJE, realizado no final de maio deste ano em Cuiabá (MT).

Como informa o site do TJ-PR, a atuação dedicada dos juízes paranaenses no evento incentivou a desembargadora Dulce Maria Cecconi, autorizada pelo presidente do TJ-PR, desembargador Clayton Camargo, a apresentar a candidatura do Paraná para sediar o Fórum no ano que vem.

A desembargadora Dulce atua como 2ª vice-presidente do Tribunal e também na supervisão dos Juizados Especiais no Paraná. "A desembargadora Denise Krüger Pereira, participante pioneira do FONAJE, e que muito facilitou o contato dos juízes do Paraná com os demais integrantes daquele Fórum, se comprometeu a coordenar a parte social do nosso encontro", ressaltou a magistrada.

Projudi do início ao fim

O Tribunal de Justiça do Paraná realizou no dia 19 de junho a primeira sessão digital onde o Processo Judicial Eletrônico – Projudi – foi utilizado na apreciação de recursos da 11ª e da 12ª Câmaras Cíveis.

Com o uso da ferramenta por parte dos julgadores dos referidos colegiados, o Poder Judiciário Estadual passa a ter processos integralmente digitais, que do começo ao fim, incluindo o julgamento de recursos pela instância superior, passam a ser completamente eletrônicos. O Projudi foi utilizado no 2º grau de jurisdição, na forma de Projeto Piloto, em dezembro de 2012, nessas duas câmaras, e futuramente será disponibilizado às demais.

Felicidade homoafetiva

O projeto de responsabilidade social do Poder Judiciário do Paraná, o Justiça no Bairro, proporcionou ao casal homoafetivo Juliana Moloni e Mônica de Carvalho a oportunidade de casarem como estabelecem a lei, tradição e figurino. A celebração especial foi realizada em Londrina, no dia 15 de junho, durante o casamento coletivo que também proporcionou a união de outros 241 casais. A coordenação das atividades ficou a cargo da desembargadora Joeci Camargo. As ações têm amplo apoio da Amapar.

Vestidas de acordo com a tradição, as companheiras estavam radiantes. Mônica, como manda o figurino, de vestido longo, maquiada e penteada. Juliana optou pelo tradicional terno e gravata. “Apresentamos os nossos documentos e prontamente nos atenderam. Agora estamos aqui para concretizar mais uma etapa nas nossas vidas”, disse Juliana.

Além da troca de alianças, elas também fizeram questão da reciprocidade em ambos os sobrenomes. “É um direito, uma estabilidade. Mais um caminho percorrido que nos iguala e demonstra aceitação”, esclareceu Mônica.



Cidadania no Facebook

O projeto de cidadania capitaneado pela juíza Vanessa Gimenez, “Associação resgatando vidas”, ganhou recentemente uma página exclusiva no Facebook. No espaço, os internautas têm acesso às notícias, fotos e demais materiais relacionados ao trabalho desempenhado pela magistrada na comarca de Cornélio Procópio. Para curtir o projeto acesse o Facebook e procure por “Associação Resgatando Vidas”.

Resgatando vidas - Como descrito na rede social, o projeto “Associação resgatando vidas” tem a finalidade de retirar das ruas crianças e adolescentes com o desenvolvimento de práticas desportivas, culturais, educativas e religiosas. Também presta assistência social e psicológica aos familiares dos participantes. Outra frente está no fortalecimento dos valores e vínculos familiares por meio de orientação social, cultural e religiosa.

ERRATA | Na última edição de *Novos Rumos*, nº 180, foi divulgado de maneira equivocada o currículo do desembargador Rui Portugal Bacellar Filho. A trajetória profissional correta do magistrado consiste na graduação pela Faculdade de Direito de Umuarama, mestrado em Direito Econômico e Social pela PUC-PR, grau obtido em agosto de 2004. Atuou também como professor na graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, campus São José dos Pinhais (Sucessões, Teoria Geral do Processo, Processo de Conhecimento, Cautelares, Execução Civil e Direito Eleitoral) e na Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Iniciou a carreira na magistratura no ano de 1989 e neste ano chegou ao cargo de desembargador do TJ-PR.



Aumento de produtividade

Em dezembro de 2012 a “Tribuna de Cianorte” evidenciou o caos instaurado na 1ª Vara Cível da comarca de Cianorte, como referido o termo pelo próprio periódico. Em virtude da ausência de juiz titular naquele período do ano, o número total de processos no fórum daquela cidade chegou a 18 mil.

Com outro cenário, bem mais positivo, o mesmo veículo de imprensa entrevistou, na segunda-feira, dia 3, o juiz João Alexandre Cavalcanti Zarpellon, atual titular da 1ª Vara Cível e diretor do Fórum de Cianorte. Tendo assumido a nova função no dia 7 de janeiro deste ano e, mesmo designado até o término das eleições em Peabiru, conseguiu, devido à alta produtividade, normalizar o trabalho na atual comarca em que exerce a judicatura.

Conforme contou Zarpellon, além dos 3.979 processos paralisados que aguardavam deliberação, foram sentenciados e despachados 4.452 processos. Ou seja, o juiz conseguiu dar conta de todo o volume que estava estocado e mais os que entraram nos meses seguintes.

Responsável pelo que cativa

Talvez fosse o bom humor. Ou então o carisma de “paizão de todos” com que tratava os colegas de magistratura, advogados renomados ou iniciantes e até mesmo estagiários. Podia também ser a maneira comprometida como atendia seus clientes que precisavam de sua ajuda profissional ou apenas de um conselho de amigo. Seu estilo conciliador também era marcante. O fato é que Silvio Binhara foi o tipo de pessoa que possuía muita facilidade para cativar pessoas e fazer amigos e se dedicava muito a cada um que conquistara.

Com alguns, em sua maioria juízes e desembargadores, reunia-se pelo menos duas vezes por ano para as famosas pescarias na Argentina ou outros lugares, “donde voltava renovado e sempre com novas histórias para contar”, lembram os filhos.

Além da pescaria, adorava festas e quando não estava viajando, às quartas-feiras era dia de desfrutar o tradicional jantar na sede da Amapar, no Pilarzinho, da qual Silvio era diretor social. Mas seu cantinho favorito era sua chácara, em Contenda, para onde ia todos os finais de semana para descansar da correria do dia a dia e receber os amigos com churrasco e conversas ao pé do fogão a lenha. Era lá que acontecia a já famosa “Festa Junina do Arraiá do Seu Binhara”, com uma gigantesca fogueira de São João e foguetório. Nesse cantinho de terra, contam os filhos, era onde aproveitava o contato com a natureza que tanto amava, e criava peixes e carneiros, “aos quais chamava pelo nome e que tinha tanto orgulho quanto apego”.

Filho de alfaiates, nasceu em Curitiba em 1948 e começou muito cedo na carreira jurídica. Trabalhou em tabelionato, no Tribunal de Justiça e em sua própria banca advocatícia e sempre fez questão de exercer seu ofício de operador do Direito com muita seriedade, pontualidade e carinho. Aos iniciantes na carreira, fazia questão de incentivar a extrair o melhor da vida e da carreira que o conquistou. Deixa esposa, três filhos e três netos.

Dia 17 de maio, 64 anos, de complicações de uma cirurgia.

Texto publicado no dia 29 de maio por Ellen Miecoanski no jornal Gazeta do Povo



Proteção aos magistrados

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou durante a sessão ordinária do dia 14 de maio a proposta de resolução que institui o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINASPJ), que será regido por um conjunto de diretrizes, medidas, protocolos e rotinas de segurança que deverão ser seguidos por todos os tribunais brasileiros e constituirão a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

A proposta aprovada elenca uma série de medidas

que poderão ser adotadas pelo Comitê Gestor para garantir a segurança de magistrados.

Entre elas a recomendação da remoção provisória de membro do Poder Judiciário em situação de risco, a recomendação de exercício provisório fora da sede, a requisição às polícias da União, dos Estados e do Distrito Federal de auxílio de força policial e serviço de proteção policial a magistrados e seus familiares em situação de risco.

Agência CNJ de notícias

Destaque no Senado

A publicação “Em Discussão”, editada pelo corpo de comunicação do Senado Federal, destacou em sua última edição os problemas legislativos em torno da adoção no País. O magistrado de Cascavel, Sergio Kreuz, foi ouvido pelo periódico e falou da situação de crianças e adolescente que moram em abrigos. Para Kreuz, o problema da adoção não é a lei, mas principalmente a total falta de estrutura da maior parte das varas de Infância e Juventude de todo o Brasil.

Segundo ele, uma das grandes inovações do ECA foi a intervenção interdisciplinar. Questões que envolvem crianças e adolescentes são de grande complexidade e, por isso, a abordagem não pode se limitar a uma visão jurídica.

Passado e presente

O jornal Gazeta do Povo publicou no dia 31 de maio entrevistas especiais com os juízes paranaenses Rui Cruz e Marcelo Quentin. O periódico deixou de lado questões judiciais ou polêmicas processuais. Destacou o passado e presente nas carreiras jurídicas.

Rui, que está na magistratura desde 1978, representa a experiência e comentou, entre outras questões, sobre os novos magistrados. “Tem uma meninada boa vindo por aí”, acredita. Para o seu próprio futuro, espera se aposentar e montar um escritório em casa, não para advogar, mas para receber os amigos, tomar um chimarrão e ler o seu jornal. Aos mais novos, daria como conselho: “Estude bastante, seja participativo na comunidade, em clubes de serviços, obras filantrópicas, porque nessas andanças você conhece as pessoas como de fato elas são”.

Marcelo, como representante dos “novatos”, ainda não assimilou, ou não quer assimilar, o tratamento demasiadamente formal que o cargo incorpora. “Todo mundo abaixa a cabeça para mim, fica me chamando de doutor, fala comigo em terceira pessoa”, conta.





Dez anos de recursos

Turmas recursais completam primeira década e julgadores atestam a credibilidade do órgão e dos Juizados



Com 10 anos de existência na apreciação dos recursos advindos dos Juizados Especiais de todo o Estado, os juízes que compõem as Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Paraná comemoram no ano de 2013 o destacável e crescente trabalho jurisdicional desempenhado ao longo da primeira década de atividades.

Criado no ano de 2003, sob o nome de Turma Recursal Única, o órgão cresceu e atualmente, nas duas turmas, 12 juízes, entre membros efetivos e substitutos, são responsáveis pela demanda que aumenta a cada ano, quase que na proporção de uma progressão geométrica. Somente no ano de 2012, o número de processos julgados chegou à marca de 44.200. Neste ano, até o mês de maio, já foram apreciados mais de 18 mil feitos. Pelas Turmas já passaram mais de 50 magistrados, como informa a servidora Edna Paschoalina Paula Dias, que atua no órgão desde o início. “Os primeiros magistrados foram Jucimar Novochadlo,

Edgard Barbosa, Luiz Cezar Nicolau, Tito Campos de Paula e o então representante do Ministério Público, Celso Jair Mainardi. Hoje, todos são desembargadores”, lembra Edna.

Quem atesta a importância do trabalho das Turmas – e também dos Juizados Especiais – é o atual presidente das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Paraná, o juiz Sigurd Roberto Bengtsson, que participou no mês de maio deste ano, em Cuiabá (MT), do Fórum Nacional dos Juizados Especiais, o festejado FONAJE.

Ao lado da delegação paranaense formada por magistrados e servidores, Sigurd compartilhou o pensamento comum com os demais participantes para que os Juizados sejam vistos como prioridade nos Tribunais de Justiça. “Os participantes ressaltaram a importância dos Juizados, já que respondem por relevante parcela do movimento forense brasileiro, muitas vezes sem o devido reconhecimento da sua importância”, afirma.

“As grandes iniciativas do Judiciário brasileiro surgem nos Juizados. Veja o caso do Projudi que começou e se aperfeiçoou ali, agora sendo expandido para a Justiça Comum”, lembra Sigurd.

Para Sigurd, o Paraná está em posição de destaque no que tange à eficiência na consecução dos serviços relacionados aos Juizados Especiais, principalmente pelo fato de ter iniciado a descentralização da estrutura judiciária, com a criação de fóruns em bairros de Curitiba que também possuem os serviços dos Juizados instalados para a população. “O TJ instalou um número significativo de Juizados, inclusive regionalizados, como Santa Felicidade e CIC; criou e instalou duas Turmas Recursais com cargos e não mais mandatos, tal como na Justiça Federal, o que é uma inovação no âmbito da Justiça Estadual, além de diversas outras iniciativas”, explica o juiz.

Trabalho intenso - Outra observação de Sigurd, que corrobora para qualificar o trabalho dos julgadores paranaenses, está no esforço coletivo das Turmas, visto que muitas sessões tardam até o final da noite. Para não dever nada a ninguém, muito menos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), segundo o magistrado, a melhor forma de os membros das Turmas contribuírem com a imagem do Poder Judiciário das araucárias está em julgar o mais rápido possível os recursos. “Nossas sessões terminam geralmente depois das 22h. Já tivemos sessão que findou 23h30, outra praticamente meia-noite, isso em razão do número de sustentações orais e quantidade de processos julgados”, comenta.

A qualidade na prestação jurisdicional conquistada pelos magistrados das Turmas chamou atenção do juiz auxiliar do

CNJ, Ricardo Chimenti. “Julgamos uma média de dois mil processos por sessão. O juiz auxiliar do CNJ, Ricardo Cunha Chimenti, afirmou que é o maior volume de processos concentrados por juízes, que isso não ocorre em nenhum lugar. Tanto assim que estamos em regime de exceção, com a necessidade urgente de criação de novas Turmas”, afirma Sigurd.

Uma preocupação do magistrado, em torno da demanda crescente, está direcionada para os processos de até 60 salários mínimos contra a Fazenda Pública, que serão de competência exclusiva dos Juizados, o que aumentará significativamente o número de recursos. “Será uma nova fase dos Juizados, não mais faculdade de se propor uma demanda no sistema, como ocorre atualmente, mas sim obrigatória, o que fará com que o Juizado seja o

grande tema da Justiça paranaense nos próximos anos”, explica o juiz.

Embora formadas por juízes de 1º Grau, Sigurd não acredita que ocorra desmerecimento no trabalho, pelo contrário, pois o magistrado explica que a própria demanda dos Juizados justifica a credibilidade do sistema. “O sistema “pegou” perante a população brasileira e advogados, que cada vez mais ajuízam demandas no Juizado, o que atraiu uma advocacia especializada, com participação de grandes escritórios de advocacia. Hoje se tornaram comuns sustentações orais dos escritórios mais representativos do Estado perante as Turmas”, conclui.

Nossas sessões terminam, geralmente, depois das 22h. Já tivemos sessão que findou 23h30, outra praticamente meia-noite, isso em razão do número de sustentações orais e quantidade de processos julgados, destaca o juiz Sigurd Roberto Bengtsson.

Números da eficiência

Criada no ano de **2003**

Mais de **44 mil** recursos apreciados em 2012

“A importância dos Juizados está evidenciada para toda a sociedade”, afirma a magistrada Ana Paula Kaled Accioly

Defensora dos Juizados, a juíza Ana Paula Kaled Accioly, que atua nas Turmas Recursais, considera o trabalho de extrema responsabilidade. Como resposta aos que colocam os julgamentos das Turmas e dos Juizados como de menor complexidade, a magistrada rebate que a segurança jurídica proporcionada aos jurisdicionados qualifica e dá credibilidade aos órgãos e julgadores. “As Turmas Recursais representam um órgão de segundo grau dos Juizados Especiais, sendo que suas decisões, não raro, se tornam definitivas. Daí a importância de se ter juízes exclusivos para analisar e julgar os recursos advindos de todo o sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, visando a segurança jurídica do jurisdicionado, formulando a jurisprudência e visando agilizar os procedimentos, inclusive, através da edição de enunciados. Verifica-se uma maior efetividade nos processos”, enfatiza Ana Paula.

A crescente demanda, também na esfera recursal, faz Ana Paula concluir que o número de juízes deveria aumentar, ou até serem criadas mais Turmas Recursais. “São apenas duas Turmas Recursais e uma secretária para analisar os recursos oriundos de todo o Estado do Paraná”, explica.

A magistrada lembra, ainda, que os Juizados abrangem, praticamente, todas as matérias do chamado Juízo Comum, com a limitação legislativa apenas no valor de alçada, mas com muitas ações de repercussão social. “São muitas as matérias controvertidas, e que são levadas às Turmas Reunidas, para uma uniformização de entendimentos. Ambas as Turmas Recursais vem procurando a aplicação dos Enunciados da própria Turma e do Fonaje, justamente, para propiciar maior segurança jurídica ao jurisdicionado, bem como, aumentar a produtividade”, explica.

Princípios basilares dos Juizados, como a oralidade, informalidade e celeridade, não foram comprometidos ao longo do tempo, explica a juíza. Nem a atuação de grandes sociedades de advogados fez com que os preceitos do sistema fossem

esquecidos, ou desfigurados.

“A atuação dos grandes escritórios traz uma maior formalidade aos feitos, com a apresentação de peças processuais muitas vezes longas e complexas, porém, a relação havida dentro do sistema não perdeu a essência de Juizados Especiais, com a prevalência de uma composição, e de uma efetividade do processo”, finaliza.

As questões tratadas frente às Turmas Recursais são, na grande maioria, de grande repercussão social, embora o caráter individual, explica a juíza Ana Paula Kaled Accioly.

Atualmente
são **12**
juizadores

Sessões já
passaram da
meia-noite

Média de
2 mil
processos
por sessão

Pelas Turmas já
passaram mais de
50 juízes

A professional portrait of Dulce Cecconi, a woman with short, dark, wavy hair, wearing a light grey blazer over a matching top and a pearl necklace. She is seated at a desk in an office setting with windows in the background.

Na supervisão dos Juizados

Após a destacável participação paranaense no FONAJE, a desembargadora Dulce Cecconi trará o evento para Foz do Iguaçu no próximo ano

Primeira mulher a atuar na cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Paraná, a desembargadora Dulce Cecconi também responde, atualmente, pela supervisão dos Juizados Especiais no Estado. Para a magistrada, o fato de praticamente 50% da demanda das ações em curso estar concentrada nos Juizados representa um crédito para o sistema.

A desembargadora, em recente entrevista concedida à revista *Novos Rumos*, enalteceu o trabalho das turmas recursais, responsáveis pela apreciação dos recursos advindos dos Juizados. “O preparo e dedicação destinados a assegurar ao cidadão uma prestação jurisdicional célere e efetiva deve ser encarado com a mesma responsabilidade, tanto pelo juiz de primeiro grau como pelo juiz de segundo grau, ou desembargador”. A participação paranaense no último Fórum Nacional dos Juizados Especiais também foi elogiada pela magistrada. *Veja a seguir a entrevista completa.*

Desembargadora, como a senhora resume o trabalho realizado neste primeiro semestre à frente da supervisão dos Juizados Especiais no Paraná?

Tenho a grata satisfação de afirmar que aprecio muito esse trabalho e sei o quanto ele é importante, mas são as pessoas com as quais trabalho, a saber, juízes, promotores de justiça, advogados, servidores, voluntários, etc., que o tornam tão apreciado pelos jurisdicionados ao ponto das demandas nos juizados especiais não criminais representarem atualmente praticamente 50% das ações em curso no Paraná.

E o trabalho das Turmas Recursais, para a senhora, qual a importância do colegiado? A senhora acredita que o trabalho realizado pelas Turmas Recursais, pelo fato de ser realizado por juízes de 1º Grau, sofre descrédito?

O trabalho das turmas recursais, para mim, é tão importante quanto o dos órgãos colegiados em atuação na Justiça comum. E não sofre nenhum descrédito por ser realizado por juízes de primeiro grau. O preparo e dedicação destinados a assegurar ao cidadão uma prestação jurisdicional célere e efetiva deve ser encarado com a mesma responsabilidade, tanto pelo juiz de primeiro grau como pelo juiz de segundo grau, ou desembargador.

No mês de maio a senhora esteve, ao lado de demais magistrados e servidores, no Fórum Nacional dos Juizados Especiais (FONAJE). Como a senhora avalia a participação paranaense e o evento como um todo?

Foi muito positiva. Tanto, que foram juízes paranaenses que encaminharam propostas para aprovação de novos enunciados ao FONAJE, com grande probabilidade de aprovação, e que só foram suspensas

para votação no próximo encontro porque as ações relativas às cobranças de tarifas bancárias, sobre as quais versam as propostas, foram suspensas por decisão do STJ. A juíza Liéje Aparecida de Souza Gouveia Bonetti, de Maringá, apresentou elogiado painel sobre o trabalho de justiça itinerante no trânsito que vem desenvolvendo naquela cidade. E foi do Paraná que partiu a autorização para que o juiz Roberto Portugal Bacellar presidisse, por vídeo conferência, a primeira audiência à distância, realizada no Pará, objeto do projeto piloto de Juiz de Cooperação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

No mês de maio, como a senhora divulgou, o FONAJE será realizado em Foz do Iguaçu. O que os magistrados podem esperar do evento?

O FONAJE, conquanto seja um órgão não oficial, congrega magistrados de todo país e pude observar, sendo esta a primeira vez que compareci ao referido encontro, que levam para lá temas para discussão da maior relevância para os juizados especiais, com resultados positivos na unificação da jurisprudência, além da produtiva troca de experiências sobre as boas práticas que são implementadas pelos juízes nos seus respectivos juizados.

Quais os próximos planos para o restante da gestão na 2ª vice-presidência? Os magistrados e jurisdicionados podem esperar mais investimentos nos Juizados?

Temos alguns projetos, mas a nossa maior preocupação é a de manter a regularidade do funcionamento dos projetos já em andamento, com a sua institucionalização para que haja um procedimento unificado a longo prazo. Isso, com certeza, redundará em maior segurança para os magistrados que atuam nos juizados e também para os jurisdicionados que se utilizam dos serviços prestados.

Os Juizados Especiais foram criados pela lei federal nº 9099/95 com o intuito de concretizar princípios como a informalidade, oralidade, celeridade, objetividade, entre outros. A senhora acredita que tais princípios ainda estão sendo adotados na prática? Vemos muitos escritórios de advocacia, de renome, atuando nos Juizados. Também sabemos do número crescente de recursos, haja vista o trabalho crescente dos julgadores das turmas recursais. A cultura viciosa do litígio também está presente nos Juizados?

Os princípios norteadores dos juizados especiais representam o ideal, todavia, como a sua concretização está na esfera humana nem sempre são eles adotados na prática. Não podemos também, de modo algum, impedir que escritórios de advocacia atuem nos Juizados. A cultura viciosa no litígio está presente sempre em todas as esferas do Judiciário, infelizmente.



Em concorrida sessão solene do Tribunal Pleno, realizada no dia 10 de julho, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Clayton Camargo, deu posse a três novos desembargadores: Eduardo Casagrande Sarrão, Clayton de Albuquerque Maranhão e Octávio Campos Fischer. O ato foi realizado no 12º andar do prédio anexo ao Palácio da Justiça.

Ao falar à plateia, o novo membro do Tribunal, Octávio Fischer, comentou que espera contribuir com a experiência adquirida ao exercer a advocacia. Fischer traz à corte larga experiência na área tributária. "Aprendendo com os mais antigos que nesta Corte estão e amoldando meu conhecimento à nova atividade, não tenho a convicção de mudar o mundo, mas de colaborar com meus pares para a realização da Justiça", afirmou.

Clayton Maranhão, que atuava como procurador do Ministério Público e também entrou pelo Quinto Constitucional, falou do desafio de assumir o cargo de desembargador. "Sobreposto por cinco lustros de intensa atividade profissional, vivenciada nos mais variados postos e funções das carreiras jurídicas, sinto-me amadurecido, calejado e, portanto, preparado para enfrentar as responsabilidades da Judicatura que ora se

inicia", declarou.

Por sua vez o magistrado de carreira Eduardo Casagrande Sarrão afirmou que a ascensão ao cargo de desembargador foi marcada por muita emoção e satisfação. Também agradeceu aos familiares, especialmente seu pai, o desembargador Jesus Sarrão, que pelo exemplo de dedicação ao direito e à sua incessante luta pela realização da Justiça, o influenciou em suas escolhas. Discorreu sobre os grandes desafios para judicar nos dias de hoje frente ao elevado número de feitos que se aportam nos tribunais. "Sei de meu papel nessa luta. De tudo farei para, ao lado de meus pares, dar pronta resposta aos que vierem socorrer-se do Poder Judiciário", enfatizou.

Ao falar em nome do Tribunal de Justiça e da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), a desembargadora Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes ressaltou que o ato representou um dia de festa para os pilares da Justiça – Poder Judiciário, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil –, além de exaltar as qualidades dos empossados. "Recebemos como desembargadores pessoas com grande conhecimento jurídico e é inegável a nossa alegria de tê-los, fazendo parte do Tribunal de Justiça do Paraná", comentou.



Posse marca a união dos pilares da Justiça

Magistrado de carreira e dois juristas advindos do Quinto Constitucional, um do MP e outro da OAB, ascendem ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná

O presidente do Tribunal de Justiça, Clayton Camargo, cumprimentou os empossados e destacou a alegria da Corte com a chegada de três dos mais destacados profissionais da área do Direito. "Eduardo Sarrão, juiz de carreira, é exemplo de magistrado. Estudioso, preciso e dedicado. É daqueles magistrados que, no exercício da atividade judicante, traz às partes a tranquilidade necessária para que recebam o que efetivamente é seu". Ao falar do xará, Clayton Maranhão, destacou a competência, combatividade e ética do novo desembargador, que fez destacável carreira no Ministério Público do Paraná. "Ao iniciar esta nova fase, o desembargador Clayton agrega ao Judiciário Paranaense uma gama enorme de virtudes e engrandece o bom nome e o prestígio do nosso Tribunal de Justiça". O mandatário do TJ também enalteceu as virtudes de Octávio Fischer, como jurista de respeito no meio acadêmico e na advocacia. "Posso dizer que se a advocacia perdeu um excelente profissional, o Poder Judiciário do Paraná ganha, na equivalência necessária, um promissor magistrado", acrescentou.

Autoridades presentes – Na cerimônia, bastante prestigiada, compareceram o presidente do STF, ministro Félix Fischer; o governador do Estado do Paraná, Beto Richa; o

deputado Fábio Camargo, que representou o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Valdir Rossoni; o procurador-geral do município de Curitiba, Joel Macedo Soares, representando o prefeito Gustavo Fruet; o presidente da Câmara de Curitiba, Paulo Salamuni; o comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, general de divisão Luiz Felipe Kramer Carbonell; o arcebispo metropolitano de Curitiba, dom Moacir José Vitti; a presidente do Tribunal Regional do Trabalho, desembargadora Rosemarie Dietrichs Pimpão; o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conselheiro Artagão de Matos Leão; e o presidente da Amapar, juiz Fernando Swain Ganem, representando também o presidente da AMB, desembargador Henrique Nelson Calandra.

Também presentes os ministros do STJ Sérgio Luiz Kukina e Jorge Mussi; os ministros aposentados do STJ, Paulo Galotti, Edson Vidigal e Jorge Scartezini; o vice-presidente do TRE/PR, desembargador Edson Luiz Vidal Pinto; o desembargador do TJSC, João Henrique Blasi; além de desembargadores, juízes, integrantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, deputados estaduais, demais autoridades civis e militares, servidores, parentes e amigos dos empossados.

Trajetórias de destaque



Eduardo Casagrande Sarrão nasceu em 1972 na cidade de Curitiba e é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ingressou na magistratura paranaense no dia 11 de novembro de 1996, atuando como juiz substituto em Santo Antônio do Sudoeste e Paranaguá. Atuou na entrância inicial como juiz de Direito da Comarca de Mangueirinha, sendo posteriormente promovido por merecimento em 1997 para a Comarca de entrância intermediária de Medianeira. Em seguida, no ano de 1998, foi promovido, também por merecimento, ao cargo de juiz de Direito da comarca de entrância final de Foz do Iguaçu, onde permaneceu até ser removido para a substituição em 2º Grau. No dia 24 de junho de 2013 foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador.

Clayton de Albuquerque Maranhão nasceu na cidade de Curitiba, no ano de 1965, e é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Milão, Itália. Mestre em Direito Processual Civil pela UFPR e Doutor em Direito Processual Civil também pela UFPR. Ingressou no Ministério Público do Estado do Paraná em 1990. Atuou como promotor substituto na Seção Judiciária de Paranaguá, como promotor de justiça de entrância inicial nas comarcas de Uraí e Bocaiúva do Sul e na entrância intermediária da Comarca de Cruzeiro do Oeste. Na entrância final, atuou no foro central da comarca de Curitiba junto às Varas Cíveis, Varas de Família e Varas da Fazenda Pública e de Falências, e, ainda, nas promotorias de Justiça do Consumidor, do Patrimônio Público e da Educação. Promovido ao cargo de Procurador de Justiça em 2011, Maranhão atuava junto à Procuradoria de Justiça Criminal. Em 25 de junho de 2013 foi nomeado ao cargo de desembargador, em vaga destinada ao MP/PR, pelo Quinto Constitucional.

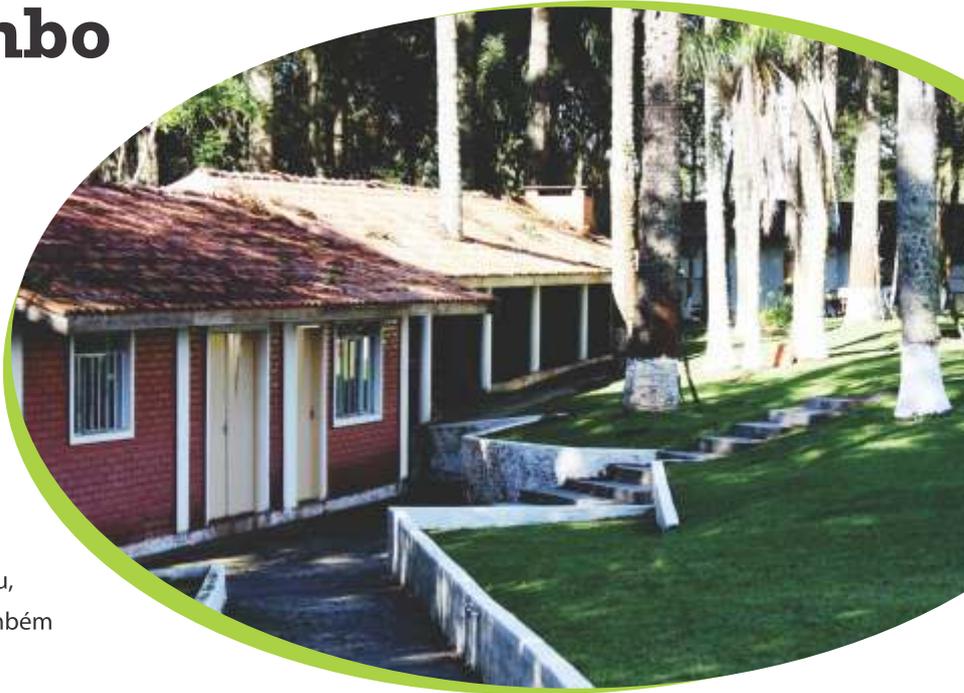


Octávio Campos Fischer nasceu no dia 13 de julho de 1971. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1993. É doutor em Direito Constitucional Tributário e Mestre em Direito Tributário, ambos pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Atuou como advogado nas áreas de Direito Tributário, Cível e Empresarial em Curitiba. Foi Conselheiro Estadual da OAB/PR - de 2007 a 2009 (suplente) e de 2010 a 2012 (titular). Como professor atuou com as disciplinas de Direito Tributário no Programa de Mestrado em Direito e Graduação em Direito nas Faculdades Integradas do Brasil-Unibrasil e no Programa de Mestrado em Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP/DF); também como professor da Escola da Magistratura do Paraná e da Escola Superior de Advocacia do Brasil, Seccional do Paraná. Tem os seguintes livros publicados: A Contribuição ao PIS, Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no Direito Tributário, Tributos e Direitos Fundamentais, PIS- Cofins: Questões Polêmicas e Atuais (coordenador em conjunto), Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões sobre a Emenda Constitucional nº. 45/2004 (em conjunto), Anais do XV Congresso Brasiliense de Direito Constitucional do IDP (em conjunto), além de mais de 40 artigos publicados. Em 25 de junho de 2013 foi nomeado ao cargo de desembargador, em vaga destinada à OAB/PR, pelo Quinto Constitucional.

Sede de Colombo à venda

Durante a assembleia geral extraordinária realizada pela Amapar no dia 28 de junho, no auditório da Escola da Magistratura do Paraná, os associados presentes à reunião aprovaram, por maioria de votos, a venda da subsede de Colombo. Foram apenas dois votos contrários à venda. A reunião teve a participação dos magistrados da capital paranaense e de juizes das comarcas de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Guarapuava e regiões que também votaram e manifestaram opinião.

Como explicou o presidente da Amapar, Fernando Ganem, o imóvel de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, era pouco utilizado pela magistratura e também resultava em R\$ 40 mil de gastos anuais com manutenção e eventuais encargos. O preço estipulado para venda ficou na casa dos R\$ 570 mil, como determinou consulta realizada. Toda aplicação com a venda será destinada à futura sede administrativa da Amapar, que está sendo construída no Bairro Ahú, em Curitiba. “A previsão de término da nova sede administrativa, para que os serviços das Judicemed e Amapar possam funcionar, está planejada para dezembro deste ano”, também informou o magistrado Fernando Ferreira de Moares, que atua nos departamentos de obras e de patrimônio da Amapar.



Direito Civil na Emap

Como parte das comemorações dos 30 anos da Escola da Magistratura do Paraná (Emap), que estão sendo comemorados neste ano, a instituição promove o Congresso Internacional de Direito Civil. O evento será realizado de 30 de julho a 2 de agosto no auditório do 12º andar do prédio anexo ao Palácio da Justiça. Mais informações e inscrições no site www.emap.com.br.

Craques do Sersocial



A equipe sub 15 do projeto Sersocial conquistou no mês de junho o vice-campeonato da copa regional de futsal em Piraquara. Como informa o professor Francisco Carvalho, foram quatro meses de competição, com nove jogos ao todo, onde a garotada apresentou bom nível técnico. De quebra, os atletas Fábio Daniel e Douglas Henrique conquistaram, respectivamente, os troféus da artilharia e de melhor goleiro da competição.

“Obtivemos resultados positivos devido ao fato de podermos desfrutar da infraestrutura do Ginásio de Esportes da Amapar, além dos materiais esportivos que foram oferecidos. Também agradeço o apoio da secretaria de assistência social de Piraquara que disponibilizou o transporte para a participação dos alunos durante o campeonato”, destaca Francisco. O projeto Sersocial é mantido com contribuição mensal de magistrados, voluntários, que descontam em folha uma pequena quantia salarial. Para contribuir basta encaminhar e-mail para contabilidade@amapar.com.br.

União em prol do Paraná

Lideranças da magistratura pedem apoio irrestrito à candidatura de Roberto Bacellar para a presidência da AMB

Magistrados realizaram no mês de junho, em Ponta Grossa, o lançamento da candidatura do juiz Roberto Bacellar à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O evento contou com a participação especial do atual presidente da AMB, Nelson Calandra, e dos desembargadores Adalberto Xisto Pereira, Guilherme Gomes, Rui Bacellar e do ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfouri Neto.

Organizado pelas juízas Noeli Reback, Jurema Gomes e Laryssa Copack Muniz, o evento atraiu juízes e amigos de Bacellar, que disputa no dia 21 de novembro o pleito que elegerá o novo presidente da AMB. Ponta Grossa tem sido um talismã para a magistratura do Paraná, pois na comarca várias candidaturas foram lançadas e obtiveram vitória, como a do desembargador Kfouri para o Tribunal de Justiça do Paraná.

Apoio irrestrito – Para o presidente da Amapar, Fernando Ganem, o apoio à candidatura de Roberto Bacellar precisa ser irrestrito para evitar a autofagia da magistratura paranaense. “Com o presidente Calandra, o Paraná ganhou destaque na AMB”, lembrou Ganem.

Convidado especial do encontro, o festejado desembargador Miguel Kfouri Neto também falou da necessidade de elevar a participação paranaense nos debates políticos em torno das prerrogativas dos magistrados. “Roberto Bacellar tem todas as condições de presidir a AMB, pois é muito conhecido no Brasil e fez um grande trabalho na Escola Nacional da Magistratura. Considero inadmissível que não nos irmanemos em torno do nome do nosso candidato. O apoio é imprescindível à candidatura de Bacellar”, afirmou Kfouri, que foi recentemente designado para atuar como vice-presidente administrativo da AMB.

Curitiba – Na capital paranaense, um grupo considerável de magistrados participou do almoço que celebrou a candidatura de Roberto Bacellar à AMB na chapa “AMB para os Magistrados”.



O encontro foi realizado em Santa Felicidade e atraiu desembargadores, juízes e o presidente da AMB, Nelson Calandra, que discursou aos presentes e enalteceu as qualidades de Bacellar. “Assino embaixo a candidatura. Vamos também pintar a cara e ir para a rua”, disse Calandra ao fazer referência ao atual momento social que o Brasil vive.

O magistrado Frederico Mendes Junior, vice-presidente da Amapar, também falou das lutas em torno dos ideais da magistratura, ao elogiar os trabalhos realizados por Calandra e Bacellar à frente da AMB. “A magistratura brasileira merece um lugar de destaque. Temos a certeza de que Roberto Bacellar fará isso frente à AMB durante os próximos três anos”, afirmou o juiz.

Também falaram aos presentes os desembargadores Ruy Fernando de Oliveira e Guilherme Luiz Gomes, que destacaram o idealismo de Bacellar. O desembargador Marco Antonio Marques da Silva representou a Apamagis no encontro.

Com a palavra, o candidato – “São muitas as conquistas na gestão do Calandra. Diziam para mim que Calandra era retrógrado e eu discordo. Se defender as prerrogativas da magistratura é ser retrógrado, eu também serei”, disse Bacellar.

O magistrado também disse que sua candidatura não tem nenhum anseio estritamente pessoal, como muitos apontaram. “Eu não quero ser ministro, ou algo do gênero. Não podemos ter vergonha de defender as prerrogativas da magistratura. Eu tenho orgulho de trabalhar em prol da magistratura. O meu compromisso é com o fortalecimento do Poder Judiciário e com a magistratura brasileira”, destacou.

Para finalizar, ao citar Theodore Roosevelt, Bacellar disse estar preparado para o desafio. “É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se à derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem amam muito nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta que não conhecem vitória nem derrota”.

Paraná em alta



Não apenas a candidatura oficializada de Roberto Bacellar, como nome da situação para as eleições da AMB, teve destaque na AMB. O atual presidente da Brasileira, Nelson Calandra, nomeou no mês de junho oito magistrados do Paraná para comporem a diretoria da entidade. O desembargador Miguel Kfoury Neto, ex-presidente do TJ e da Amapar, ocupará interinamente o cargo de vice-presidente administrativo.

Como assessores da presidência, Calandra nomeou os juízes Leo Henrique Furtado Araújo e Fábio André Santos Muniz. O juiz Oswaldo Soares Neto foi escolhido como novo diretor da secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

O desembargador Rui Portugal Bacellar exercerá as funções de diretor-adjunto de informática da AMB. A magistrada Flávia da Costa Viana foi confirmada para a secretaria de Assuntos Internacionais e o juiz Sérgio Luiz Kreuz foi nomeado diretor-adjunto da secretaria de Justiça da Infância e Juventude da AMB. A última nomeação foi a da juíza Noeli Reback, que exercerá o cargo de diretora-adjunta do departamento da Mulher Magistrada.





Registros de ingresso

Meses de abril e maio movimentam o Tribunal de Justiça do Paraná com a posse de 27 juízes substitutos

A revista Novos Rumos não poderia passar em branco e deixar de noticiar a assunção dos últimos aprovados no concurso realizado durante o ano passado para o cargo de Juiz Substituto no Paraná. Com duas concorridas solenidades de posse, nos meses de abril e maio deste ano, o Tribunal de Justiça ganhou 27 julgadores para o rol da corte paranaense.

Em **abril** foram empossados 12 juízes. O ato presidido pelo atual mandatário do TJ, desembargador Clayton Coutinho de Camargo, foi acompanhado pelos demais membros da cúpula diretiva do Tribunal, magistrados, além de representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Paraná.

Em discurso marcado por recomendações, o

presidente do TJ falou da satisfação em empossar os novos colegas. Já o dirigente da Amapar, Fernando Ganem, além de saudar os empossados, ressaltou que humildade e respeito são fundamentais para o bom exercício da judicatura. “É uma satisfação a Amapar saudá-los e dar boas vindas à magistratura paranaense. Hoje, vocês iniciam uma nova caminhada, mas em uma magistratura formada e estruturada”, afirmou Ganem. Coube ao juiz Rafael Kramer proferir discurso em nome dos demais magistrados. “Mas estou certo de que dispomos de todo instrumental para superá-los e, acima de tudo, afirmo isso com convicção, em nome de todos, dispomos do desejo íntimo de poder distribuir a verdadeira Justiça a quantos dela necessitem”, disse ele.



Familiares e amigos também prestigiaram o momento histórico para os seguintes magistrados: Rafael Kramer Braga, 66ª Seção Judiciária com sede em Prudentópolis; Rafaela Mari, 59ª seção com sede em Guaratuba; Maria Serra Carvalho, 60ª seção com sede em Antonina; Antonio Evangelista de Souza Netto, 53ª seção com sede na Lapa; Fábio Renato Mazzo Reis, 32ª seção com sede em Bela Vista do Paraíso; Rodrigo Yabagata Endo, 67ª seção com sede em São Mateus do Sul; Ariane Maria Hasemann, 61ª seção com sede em Jandaia do Sul; Nara Meranca Bueno Pereira Pinto, 26ª seção com sede em Cornélio Procópio; Marcelo Furlanetto da Fonseca, 21ª seção com sede em Bandeirantes; Thaís Ribeiro Franco, 24ª seção com sede em Castro; Erika Luiza Dias Pinto, 33ª seção com sede em Irati; João Guilherme Barbosa Elias, 48ª seção com sede em Telêmaco Borba.

Posse de maio – Em outra posse presidida pelo desembargador Clayton Coutinho de Camargo, atual dirigente do TJ do Paraná, 15 juízes substitutos iniciaram a carreira. O ato foi realizado no dia 9 de maio no auditório principal do Palácio da Justiça, 12º andar do prédio anexo. A solenidade foi prestigiada pelos demais membros da cúpula diretiva do TJ, magistrados, representantes do Ministério Público e da advocacia, familiares e amigos dos empossados.

Responsabilidades do cargo - Ao se dirigir aos novos magistrados, o mandatário da Corte paranaense, Clayton Camargo, ressaltou deveres, dignidade e a responsabilidade do cargo. “Não temos o direito de sermos ingênuos. Não podemos nos intimidar diante dos poderosos, especialmente dos poderosos órgãos de comunicação. É a população brasileira que busca exercer cada vez mais os seus direitos e são os senhores que estarão na linha de frente. Nunca, jamais, se deixem intimidar. Vejam, meus senhores, a enorme responsabilidade que

passam a ter a partir deste momento”, destacou.

Em nome da magistratura - Coube ao presidente da Amapar, Fernando Ganem, entregar as togas às famílias dos novos magistrados, além de discursar aos presentes. Ganem, de maneira contundente, enalteceu os julgadores do Paraná. “Dados equivocados e mal calculados expuseram a imagem da magistratura do Paraná de forma negativa. Um conselheiro atribuiu, também de forma equivocada, a nota 5 ao Tribunal de Justiça”, criticou o representante da magistratura.

Ganem também falou dos investimentos no 1º Grau de jurisdição, realizados durante as últimas gestões. “Nos últimos anos estive presente à posse de mais de 100 juízes substitutos. Pode ser necessário, sim, um acompanhamento na Justiça, para o preenchimento de vagas e demais questões. Mas dizer que não ocorrem investimentos é uma premissa equivocada, de falta de conhecimento sobre o que é feito aqui no Paraná”, completou.

Como consta no decreto judiciário nº 218 do TJ, assinado pelo presidente da corte, desembargador Clayton Camargo, foram nomeados os seguintes juízes: Márcio de Lima para a 55ª de Marechal Cândido Rondon; Jonathan Cheong para 57ª de Rio Branco do Sul; Maria Tereza Thomaz para a 63ª de Peabiru; Marcelo Quentin para a 70ª de Jaguaíva; Heloísa Helen Avi Ramos para a 52ª de Wenceslau Braz; Osvaldo Alves da Silva para a 26ª de Cornélio Procópio; Thaís Terumi Oto para a 62ª de Astorga; Guilherme Moraes Nieto para a 45ª de Santo Antônio da Platina; Priscila Barreto Passos para a 38ª de Medianeira; Paula Chedid Magalhães para a 48ª de Telêmaco Borba; Rodrigo da Costa Franco para a 35ª de Jacarezinho; Leila Morgana Cian para a 27ª de Cruzeiro do Oeste; Giovana Ehlers Fabro Esmanhotto para a 38ª de Medianeira; Sérgio Decker para a 58ª de Porecatu e João Bastos Nazareno dos Anjos para a 44ª de Pitanga.



Discrição na chegada de três desembarcadores

Waldemar da Costa Lima Neto, Luís Cesar de Paula Espíndola e Fernando Paulino da Silva Wolff Filho chegam para somar ao Pleno da Corte paranaense



“De um grau para outro, as questões vão se tornando mais complexas, exigindo sempre maior dedicação do juiz”, disse **Waldemar da Costa Neto**, em nome dos demais empossados.

Sem a pompa das solenidades realizadas no auditório principal do Palácio da Justiça, um ato discreto, organizado no 2º andar do prédio anexo, empossou no dia 21 de maio três desembargadores de carreira: Waldemar da Costa Lima Neto, Luís Cesar de Paula Espíndola e Fernando Paulino da Silva Wolff Filho. O ato foi conduzido pelo presidente da Corte paranaense, desembargador Clayton Coutinho de Camargo.

Coube ao novo membro do Pleno, Waldemar da Costa Lima Neto, falar em nome dos empossados. Durante seu discurso, dirigido aos demais membros da cúpula e amigos, o magistrado destacou o compromisso com a prestação jurisdicional. “O juiz, ao galgar de cargo, não toma posse de nada, continuando simplesmente a promover a tão almejada prestação jurisdicional, sendo certo que de um grau para outro, as questões vão se tornando mais complexas, exigindo sempre maior dedicação do juiz”, afirmou o novo desembargador.

Por sua vez, o mandatário da Corte paranaense, desembargador Clayton Camargo, disse que o Tribunal tem orgulho de receber três magistrados para somar aos demais julgadores. “São compromissados não só com a boa prestação jurisdicional, mas também com a verdade e com a ética”, elogiou.

Os desembargadores

Waldemar da Costa Lima Neto - Filho do Desembargador Clodomir Costa Lima e de Anna Catarina da Costa Lima, nasceu em 28 de novembro de 1951. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba em 1979. Ingressou na Magistratura em 7 de julho de 1987 - 55ª Seção Judiciária – Sede Campo Largo, sendo designado a atender exclusivamente a Vara Criminal da Comarca de Rio Branco do Sul. Atuou na entrância inicial como juiz de Direito na Comarca de Realeza, sendo promovido por

merecimento em 1991 para a comarca de Jacarezinho. Foi promovido também por merecimento para o 1.º Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública de Maringá em 1995, atuando nos Juizados Especiais desde 20 de dezembro de 1996 a maio de 2013. Em 13 de maio de 2013 foi promovido, pelo critério de antiguidade, ao cargo de desembargador.

Luís Cesar de Paula Espíndola - Nasceu em Curitiba (PR), em 28 de setembro de 1955. Ingressou na magistratura como juiz substituto em 14 de abril de 1989 e atuou nas comarcas da Lapa, Rio Negro e São Mateus do Sul. Na entrância inicial julgou na comarca de Mandaguari, onde instalou o primeiro Conselho Tutelar do Brasil, formalizado através de Lei Federal de 13 de julho de 1990 e Lei Municipal de 6 de dezembro de 1990. Na entrância intermediária, a partir de 1991, exerceu as funções de magistrado nas comarcas de Santo Antonio do Sudoeste, Barracão e Capanema onde instalou o Juizado Especial. Como juiz de entrância final, a partir de 3 de março de 1988, atuou na comarca de Curitiba, substituindo em varas cíveis e criminais, no juizado da infância e juventude, setor de infratores e como juiz titular na 8ª Vara Cível de Curitiba, onde permaneceu até ser removido para a substituição em segundo grau. Juiz substituto em 2º grau a partir de 13 de maio de 2002. Em 13 de maio de 2013 foi promovido, pelo critério de antiguidade, ao cargo de desembargador.

Fernando Paulino da Silva Wolff Filho – Nasceu em Curitiba (PR) em 27 de janeiro de 1960. Formado em Economia pela UFPR e em Direito pela PUC-PR. Fez pós-graduação lato-sensu em Processo de Conhecimento, Processo Cautelar e Contratos na PUS-SP e especialização em Direito Civil pelo IBEJ. Começou a carreira na magistratura como juiz substituto em Jacarezinho; em seguida, foi promovido a juiz de Direito na Comarca de Dois Vizinhos; depois foi promovido para Medianeira e a seguir, para Londrina e Curitiba. Removido para o cargo de juiz substituto em 2º Grau até sua promoção ao cargo de desembargador. Foi professor na Escola da Magistratura do Paraná. Em 13 de maio de 2013 foi promovido, pelo critério de merecimento, ao cargo de desembargador.



Simple

sem cair no simplismo

Magistrado Rogério Cunha apresenta "Curso didático de Direito Tributário"

Com apenas quatro meses de atuação no Poder Judiciário do Paraná, o magistrado Rogério de Vidal Cunha, que atua na comarca de Santa Mariana, lançou recentemente o livro “Curso didático de Direito Tributário”. A apresentação da obra foi prestigiada por colegas de carreira em coquetel realizado pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), no dia 9 de maio. Durante a sessão de autógrafos realizada nas dependências do Tribunal de Justiça do Paraná, Cunha, que possui boa experiência acadêmica no magistério, recebeu o cumprimento de juízes e desembargadores.

Sobre o livro, ele acredita que o material lançado acrescenta aos debates tributários, sem perder o senso crítico. “O Direito Tributário, como um todo, é um instrumento de garantia dos direitos fundamentais, sendo essa a única forma de interpretação de suas normas que materializa os princípios fundamentais da Constituição”, afirma o magistrado. Confira a entrevista com o autor.

Dr. Rogério, no Brasil temos essa monstruosa carga tributária e uma legislação bem complicada sobre a questão. Como o senhor desenvolveu os estudos na área e chegou ao livro?

Os estudos foram realizados tendo como ponto de partida uma visão analítica da doutrina e jurisprudência predominantes no Brasil, mas sempre com uma perspectiva crítica de modo a que os institutos do Direito Tributário fossem analisados e reanalisados à luz da Constituição de 1988. A lógica de toda a obra é a tradução dos institutos de direito tributário em uma linguagem simples e clara sem, contudo, jamais deixar-se seduzir pelo simplismo. O nome didático vem de uma visão simplificadora, mas jamais simplista. O objetivo é que o leitor entenda e compreenda os debates tributários, mas sem perder o seu senso crítico.

Qual análise o senhor faz do Código Tributário Nacional e quais são os pontos mais críticos do referido compilado legislativo?

Eu busquei efetuar uma análise crítica do sistema tributário nacional, buscando em um primeiro momento uma sistematização ampla do sistema, para que o leitor, especialmente os estudantes de graduação, possa ter uma visão global da disciplina e, com isso, se situar nos principais debates da doutrina e jurisprudência, mas sempre com a visão de que os debates estão em constante mudança. Mas, o principal é a visão que busquei trazer de inclusão das garantias tributárias no conceito de direitos fundamentais e, portanto, da visão, em toda a obra, de que o direito tributário, como um todo, é um instrumento de garantia dos direitos fundamentais, sendo essa a única forma de interpretação de suas normas que materializa os princípios fundamentais da Constituição.

No que tange à Justiça Estadual, quais são as principais carências e falhas do ordenamento tributário que desencadeiam na crescente demanda processual?

No meu sentir o Código Tributário Nacional, como legislação nacional que é, deve ser mais específico em relação aos tributos estaduais, nos quais há uma demasiada liberdade de

atuação dos Estados, o que, em meu sentir, acaba dando margem não só à chamada “guerra fiscal” como a uma crescente insegurança jurídica especialmente nas relações negociais entre contribuintes situados em Estados diferentes. Além disso, há necessidade de uma legislação nacional mais atualizada em relação à execução fiscal. O que se observa, principalmente nas comarcas menores, é que os municípios não possuem uma legislação uniforme e perene em relação a questões essenciais como parcelamento de dívidas ou valores mínimos para o ajuizamento de execuções fiscais, o que acaba por gerar um acervo processual gigantesco em juízo sem que se possa ter uma satisfação dessa pretensão em juízo. Uma legislação nacional disposta sobre os parcelamentos e valores mínimos para o ajuizamento, aos moldes do previsto pela legislação federal, seria um grande avanço em termos de celeridade da prestação jurisdicional.

Como tributarista, quais pontos o senhor acredita que deveriam ser apreciados na tão falada reforma tributária?

Dois deveriam ser os eixos temáticos da tão esperada, mas tão distante, reforma tributária. O primeiro a segurança jurídica com o estabelecimento de regras claras sobre os dois principais tributos, o ICMS dos Estados e o IPI da União para o primeiro, regras de cunho nacional, não digo retirando competência dos Estado, mas sim garantindo aos contribuintes a certeza e segurança quanto a um regramento mínimos das operações, especialmente em relação à fixação da base de cálculo das operações e da substituição tributária, hoje regulamentados de forma diversa em cada Estado. E em relação ao IPI uma legislação mais clara em relação à sua desoneração nas operações anteriores garantindo-se assim mais competitividade ao mercado nacional. E o segundo eixo temático há de ser uma revisão geral nas chamadas contribuições especiais (Sociais e de Intervenção na Economia) fixando-se um estatuto jurídico mínimo e uniforme sobre elas, revisando-se as já existentes para que se analise, especialmente em relação às de intervenção no domínio econômico, se efetivamente são instrumento de desenvolvimento nacional ou se representam somente exações arrecadatórias disfarçadas. Creio que fora desses eixos qualquer reforma tributária não representará verdadeiramente um novo paradigma de tributação, mas somente irá esconder por mais alguns anos os sérios problemas do sistema tributário nacional.

O AUTOR - Rogério de Vidal Cunha é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS); especialista em Direito pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP/RS); advogado entre 2000 e 2004; procurador-geral do Município de São José do Norte (RS) em 2005; oficial de Justiça avaliador Federal entre 2005 e 2012; professor licenciado de Direito Tributário da Universidade da Região da Campanha; juiz de Direito (TJPR).



Futebol e união em Campo Mourão

Equipe "Casca-grossa" conquista o caneco de campeã paranaense



Promovido anualmente pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), o tradicional campeonato paranaense de futebol reuniu neste ano, de 23 a 25 de maio, mais de 50 associados em Campo Mourão. A competição teve a participação de quatro equipes. A campeã foi formada por magistrados atuantes nas regiões de Cascavel e Ponta Grossa, que foi apelidada de “Casca-Grossa”. Os vice-campeões foram os juizes de Curitiba, o terceiro lugar ficou com associados da Região Metropolitana da capital paranaense e o quarto colocado foi o time de Campo Mourão.

Destaques individuais para Rosaldo, que conquistou a artilharia e o prêmio de melhor jogador, além de Sandro, que saiu da competição como goleiro menos vazado. O troféu disciplina ficou com os exemplares atletas da Região Metropolitana de Curitiba. Como já é tradição, a Amapar também organizou um torneio de truco para os associados. A dupla campeã foi formada por Daniel e Zarpelon, que venceram na final do carteadado os colegas Fred e Lorni.

O encerramento do evento contou com a participação de representantes dos poderes Executivo e Legislativo da cidade, além de membros da OAB, do comércio local, Polícia Militar, o atual diretor da Escola Nacional da Magistratura, Roberto Bacellar e o presidente da Amapar, Fernando Ganem.

Coordenadorias - Paralela à competição, a Associação dos Magistrados do Paraná também organizou, durante o sábado, uma reunião dos juizes representantes das coordenadorias. Para Ganem, o encontro pode ser definido como um grande sucesso, com debates francos de diversos assuntos de interesse da magistratura paranaense. “Pudemos debater vários assuntos de interesse da magistratura em geral, servindo também como fonte de informação para que possamos direcionar as nossas ações no campo institucional e associativo”, comentou o dirigente da Amapar.

O juiz Edson Jacobucci Rueda, que atua em Campo Mourão e comandou a organização do encontro, merece destaque, mais do que o resultado do campeonato, a união da magistratura paranaense. “Ambos os eventos contaram com mais de 50 juizes, que demonstraram, mais uma vez, a união da magistratura paranaense, formada por vocacionados, tanto com a chuteira quanto com a toga”, ressaltou. Ele também fez questão de externar agradecimentos à atual diretoria da Amapar.





21 DE SETEMBRO

SEDE DE PIRAQUARA

A PARTIR DAS 11H30

A Amapar convida associados e amigos para a quinta edição da tradicional **Feijoada Fraterna**. O valor do convite é **R\$35**, com bebidas não alcoólicas inclusas. Crianças de 06 até 12 anos pagam **R\$15**.

Toda a renda do almoço será revertida para o **Projeto Sersocial**, mantido pela Amapar e que atende crianças e adolescentes em Piraquara.

Mais informações e convites com o setor de eventos, pelos telefones **41 3017-1624 /1605** e e-mail **eventos@amapar.com.br**. Não deixe de participar!



5ª
Feijoada
Fraterna

www.amapar.com.br



Casa do Magistrado

Desembargador Aurélio Feijó

Na confluência das ruas Cruz Machado e Alameda Cabral, região central de Curitiba, há o singular monumento "As Mocinhas da Cidade". É uma homenagem à composição do mesmo nome cantada pela mais famosa dupla caipira de Curitiba, Nhô Belarmino e Nhá Gabriela. O casal Salvador e Júlia Alves Graciano animou os auditórios das rádios Guairacá, Rádio Clube Paranaense, PRB2 na década de 50, gravando em disco várias canções de autoria de Nhô Belarmino.

Mas aquela exígua área, 5 X 11m, imprópria para qualquer edificação, pertencia à Amapar, doada que fora remotamente. Em 1985, após muitas tratativas, a Prefeitura Municipal de Curitiba propôs uma permuta com um afastado terreno no Pilarzinho, na Rua Professora Terezita Faria dos Santos Lima, livre de ônus. Em Assembleia Geral, a transação foi aprovada e teve início a construção da Casa do Magistrado Desembargador Aurélio Feijó, inaugurada em 1987.

Naquele tempo o local era longínquo e se precisou, para encontrá-lo, distribuir um mapa de orientação aos associados. O crescimento da cidade tornou o imóvel acessível e relativamente próximo. Até a Cruz do Pilarzinho, ponto de referência, parece hoje de menor tamanho.

Em 1990 a Amapar contratou os caseiros Odete Aparecida e Odegair José Bueno, que são os mais antigos funcionários da Associação. Hábil e eficiente, especialmente na culinária, o casal completou este ano 23 anos de serviços prestados à nossa entidade.

Muitas reformas foram realizadas na propriedade, que conta com salão de festas para 80 pessoas, cozinha completa,

churrasqueira, salão de jogos e estacionamento.

A agenda da Casa do Magistrado é disputada para realização de festas infantis, aniversários, jantares, lanches, e até casamento já ocorreu ali.

Às quartas-feiras há um jantar de conagração, reunindo os magistrados. Por volta de 2006, o colega Sílvio Binhara passou a organizar este encontro, com liderança, bom papo e boa mesa. Saudades e agradáveis lembranças.

Diretores da Casa do Magistrado Desembargador Aurélio Feijó

1985/87 - Zeferino Krukoski e Manoel Sebastião da Silveira Filho

1988/91 - Raul Luiz Gutmann e Milton Alceu Etzel

1992/93 - Nady Miró Junior

1994/99 - Robson Marques Cury

2000/01 - Paulo Roberto Vasconcelos

2002/03 - Fernando Ferreira de Moraes

2004/05 - Salvatore Antônio e Luciana Astuti

2006/07 - Sílvio Binhara e Leomir Binhara de Melo

2008/09 - Salvatore Antônio Astuti e Tadeu Marino Loyola Costa

2010/12 - Sílvio Binhara e Romero Tadeu Machado

2013 - Romero Tadeu Machado e Rosselini Carneiro



**Odegair e Odete
completaram recentemente
23 anos de serviços
na Casa do Magistrado**





AN EDUCATION

“An Education” é um filme inglês (2009), baseado no livro autobiográfico da jornalista Lynn Barber. Ambientado em uma Inglaterra de 1961, traz como protagonista Jenny Millar (Carey Mulligan), de 16 (dezesseis) anos e filha única, e que vive com os pais na periferia de Londres. Cursa o equivalente a nosso ensino médio e sua vida consiste, basicamente, em ir à escola, às aulas de violoncelo e permanecer em casa estudando. O sonho de seus pais e, por conta disso, de Jenny, é ingressar na clássica Universidade de Oxford, onde poderá, como eles dizem, “ser alguém na vida”. Mas Jenny, como adolescente, também tem seus desejos e preferências pessoais. Gosta de estudar francês e quer conhecer Paris, embora seja sempre repreendida pelo pai por isso, o qual afirma que isso não irá levá-la a lugar algum, principalmente pelos franceses não gostarem dos ingleses.

Logo no início do filme, no momento em que Jenny retornava para casa debaixo de chuva após uma aula de música, ela encontra David Goldman (Peter Sarsgaard). Este, do interior de um belo automóvel (Bristol), oferece-lhe carona, sob o argumento de não danificar o violoncelo segurado por ela. Antes disso, alerta que ela não deveria aceitar carona de estranhos. Ela, porém, aceita e isto não estava previsto nos planos de seus pais, nem dela. De certa forma, aquela carona nunca terminou, pois marcaria para sempre a vida da adolescente.

David tem o dobro da idade de Jenny e passa a ter relacionamento amoroso com Jenny. Mostra-lhe um mundo diferente dos muros da escola ou das paredes de sua casa. Leva-a para teatros, concertos de música clássica, leilões de obras de arte, jantares em restaurantes sofisticados, e aquilo parece ser muito mais interessante para Jenny do que estudar, mesmo que seja em Oxford.

David, muito persuasivo, não encanta apenas Jenny, mas também os pais dela. Diz para eles que tem amigos influentes em Oxford, e isso irá abreviar o caminho da adolescente para ingressar na Universidade. Em razão disso, o relacionamento recebe aprovação imediata dos pais, que, claro, querem o melhor para a filha.

Contudo, aos poucos David vai se revelando. Ele não é exatamente aquilo que dizia e aparentava ser. Pelo contrário, tem outros compromissos pessoais e familiares, omitidos a Jenny e aos pais dela. Tampouco contava com amigos influentes em Oxford. Entretanto, quando isso é descoberto, já é tarde. Jenny já havia

abandonado o ensino regular, e Oxford, agora, passou a ser um sonho impossível.

Dentre os vários temas que o filme traz, pode se focar na relação entre pais e filhos. De modo geral, os pais querem o melhor para seus filhos; buscam protegê-los de todos os perigos e adversidades da vida. Até aí não há problemas. Há nisso até certa dose de instinto. No entanto, alguns pais se esquecem da individualidade dos filhos. Filhos não são, nem devem ser, versões melhoradas dos pais. Não devem ser aquilo que os pais, por circunstâncias e contingências, não conseguiram ser.

Do mesmo modo, não devem ser colocados numa “bolha” separada e distante do mundo real para não sofrerem, até porque essa luta será em vão, e isto fica claro no filme.

Importante nesse aspecto a confissão do pai de Jenny não só para ela, como para si mesmo, ao dizer: “Jenny, toda minha vida eu tive medo, e não queria que você também tivesse. Por isso, queria que você fosse para Oxford”.

No filme, Jenny teve que aprender a viver por si só. Teve de reconstruir sua vida a partir de desilusões. Foi assim que ela desenvolveu seus genuínos valores e formatou seus próprios sonhos. Somente a partir daí que ela passou a lutar com todas suas forças para realizá-los. Afinal, estes eram os sonhos dela, e não de outros.

Voltando à questão da educação, mais precisamente da educação dos filhos por parte dos pais, apesar do expressivo número de manuais sobre o assunto, isto é sempre um desafio, repleto de dúvidas e múltiplas alternativas tanto para os pais, como para os filhos.

Neste contexto, as palavras do filósofo dinamarquês Sören Kierkegaard parecem figurar como importante sinalizador: *“a mãe amorosa ensina o filho a andar sozinho. Fica a uma certa distância dele, de onde não pode segurá-lo, mas estende os braços. Imita os movimentos da criança, e, quando ela cambaleia, inclina-se rapidamente como se fosse ampará-la, para que a criança pense que não está andando sozinha...E mais: o rosto dela a chama como uma recompensa, um encorajamento. Assim, a criança anda sozinha, com os olhos fitos no rosto da mãe, não nas dificuldades do caminho. Apóia-se nos braços que não a estão segurando, e constantemente procura o refúgio do abraço materno, sem suspeitar que, ao mesmo tempo em que enfatiza o quanto precisa dela, está provando que pode viver sem ela, porque anda sozinha”*.



Les Demoiselles d'Avignon - 1907

Artista

Mestre nas artes plásticas, Picasso, pintor espanhol famoso e talentoso, é considerado um dos artistas mais importantes do século XX.

Desde muito jovem e até bem próximo de sua morte aos 92 anos, desenvolveu inúmeros pinturas, desenhos, objetos de cerâmica, esculturas, murais e colagens.

Ao longo de sua vida passou por diversas fases. A fase **Azul (1901 - 1905)** representou em suas pinturas a tristeza e o isolamento provocados pelo suicídio de um amigo e também a miséria e o desespero humano.

Na fase **Rosa (1905-1906)** a paixão por Fernande Olivier originou desenhos sensuais e eróticos. No interesse pelo circo iniciam-se os ciclos dos saltimbancos e do arlequim, também o destaque a descoberta e interesse pela cultura primitiva e africana desenvolvendo a liberdade artística e mística nas artes.

Obras importantes

Lês Demoiselles d'Avignon | Começa a elaborar a estética cubista, fundamentada na destruição da harmonia clássica das figuras e na decomposição da realidade. A pintura d'Avignon subverteu o sentido da arte moderna com o cubismo ao representar os objetos em 3 dimensões em uma superfície plana, sob formas geométricas com o predomínio de linhas retas, a estrutura dos corpos ou objetos podem ser vistos de todos os ângulos, por cima e por baixo, percebendo todos os planos e volumes do desenho.

Guernica | Painel pintado em 1937 para a Exposição Internacional de Paris, representa a indignação ao bombardeio sofrido pela pequena cidade espanhola de Guernica por aviões alemães em 1937, responsável pela morte de grande parte da população civil formada por crianças, mulheres e trabalhadores.

Aonde encontrar

Mural Guernica | Madrid

Les Demoiselles d'Avignon | New York

Museu Picasso de Barcelona | Barcelona

Guernica - 1937



Níveis de exigência

Dra. Alexandrina M. A. da Silva Meleiro

Quando está brincando, a criança exterioriza uma felicidade de dar inveja. Ela não está preocupada com a escola nem com a lição de casa sem fazer. Curte aquele momento.

Com o adulto é diferente. Os momentos felizes duram pouco, porque logo está preocupado com problemas, às vezes, insolúveis. Em geral, essa insatisfação permanente que os adultos carregam como um fardo, deriva do aprendizado de um comportamento.

A criança não está preocupada com as tarefas, mas a mãe, o pai e os professores cobram que sejam feitas no prazo certo e com capricho. Essa cobrança vai sendo internalizada e, em dado momento, ela passa a cobrar de si mesma um desempenho impecável e perde essa coisa gostosa da infância, que é sentir-se feliz e nada mais.

Alcançar sempre a perfeição é um objetivo estressante e quase impossível e as pessoas se torturam por causa disso. Esses extremos de cobrança aumentam o nível de estresse e favorecem a adição de drogas, do álcool, os quadros de depressão, ansiedade e somatização.

Os estados de agitação e desânimo podem evoluir para um estresse e tornarem-se uma doença crônica.

O estresse age como os cupins que vão roendo a madeira até sobrar só uma capa externa de verniz. Quando nos damos conta, ele já danificou vários órgãos, comprometeu o desempenho profissional e o relacionamento dentro e fora de casa.

A diretoria da Judicemed deliberou na reunião do dia 4 de julho uma mudança de redação no Artigo 68 do regulamento, que a partir de agora tem o seguinte texto:

Art. 68. É vedado o reingresso na Judicemed de usuário que tenha solicitado sua exclusão ou que tenha sido excluído do plano.

Felicidade interna bruta:

Como viver a liquidez do bem-estar?

Dr. Rogério de Fraga

A felicidade é um estado durável de plenitude, satisfação e equilíbrios físico, psíquico e social. Tem relação direta com o grau e a frequência de emoções positivas, não se tratando apenas da ausência de emoções negativas. Felicidade tem sido um tema muito estudado nas últimas décadas. O professor Achor Shawn, chefe da disciplina de Psicologia Positiva de Harvard, infere em suas pesquisas que o sucesso profissional tem 25% a ver com capacidades técnicas e QI, estando os outros 75% atribuídos ao autoconhecimento e à capacidade de ser feliz.

A Organização Mundial de Saúde, órgão da ONU, postula que em 2020 a depressão será a segunda maior causa de morte em nosso meio, perdendo apenas para eventos cardiovasculares. Além disso, a partir da década de 90, quando as principais causas de absenteísmo no trabalho estavam associadas a problemas do aparelho locomotor, temos no cenário atual os distúrbios do humor (entre eles a ansiedade e a depressão) como principais fatores. Desta forma, a capacidade de experienciar EMOÇÕES POSITIVAS está diretamente ligada à capacidade de ser feliz. Vários autores postulam uma “fórmula” para a felicidade onde fatores genéticos, circunstâncias da vida e atividades voluntárias estariam diretamente ligadas.

Uma análise deve ser feita quanto ao real papel do casamento, das interações sociais, dos ganhos financeiros, do trabalho, entre outros. A felicidade é um evento multidimensional e tão importante que no Butão, o rei substituiu o conceito de PIB (Produto Interno Bruto) por FIB – Felicidade Interna Bruta, para acompanhar o grau de satisfação de seu povo.

O modelo leva em consideração muitas variáveis como o bem-estar psicológico, a saúde, a consciência ecológica, a percepção de governança, o padrão de vida, como as pessoas usam seu tempo e a vitalidade comunitária. Questões relacionadas à cultura e educação também são significativas. Este modelo vem sendo aplicado em vários países e é transponível para a vida pessoal. Acima de tudo, ser feliz é possível e sua busca tem a ver diretamente com otimismo e com a prática de pensamentos positivos. Talvez isso exija alguns pequenos ajustes, ou mesmo grandes mudanças... Acredite, a felicidade é um processo que pode ser construído e certamente vale a pena!



Arraia Jullino da Amapar

28 de julho | Subsede de Piraquara | 14h30



RESPONSABILIDADE SOCIAL | AMAPAR

- www.amapar.com.br/responsabilidadesocial
- www.facebook.com/responsabilidadesocialpr

JORNALISTA RESPONSÁVEL / EDIÇÃO Rômulo Cardoso **EDIÇÃO GRÁFICA** Bruna Zonatto **REVISÃO** Maurício Bevervanso **FOTO DA CAPA** Alex Trinks **COLABORAÇÃO** Irineu Włodarczyk **FALE CONOSCO** Críticas, sugestões e comentários podem ser enviados para o e-mail imprensa@amapar.com.br ou pelo telefone (41) 3017-1622. Sua colaboração é fundamental para o desenvolvimento da nossa revista. Os artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da **Associação dos Magistrados do Paraná**.

AMAPAR – GESTÃO 2012/2013 DIRETORIA - **Presidente** Fernando Swain Ganem **1.º Vice-Presidente** Frederico Mendes Junior **2.º Vice-Presidente** Hélio César Engelhardt **3.º Vice-Presidente** Marcos José Vieira **4.º Vice-Presidente** Carmen Lucia Rodrigues Ramajo **5.º Vice-Presidente** Haroldo Bernardo da Silva Wolff **6.º Vice-Presidente** Sergio Luiz Kreuz **1.º Secretário** Diego Santos Teixeira **2.º Secretário** Cristina Trento **1.º Tesoureiro** Leo Henrique Furtado de Araujo **Diretores Executivos** Fabio Ribeiro Brandão, Noeli salete Reback, João Luiz Manasses de Albuquerque, Geraldo Dutra de Andrade Neto, Antonio José Carvalho da Silva Filho, Jurema Carolina da Silveria Gomes, Luiz Fernando Thomasi Keppen, Lidia Munhoz Mattos Guedes **APOIO Apoio e Valorização ao Magistado** Ronaldo Sanso Guerra **DEPARTAMENTOS Segurança** Carlos Henrique Licheski Klein **Boas Práticas** Joeci Machado Camargo, Suzana Massaki Hiramal L. de Oliveira, Vanessa Aparecida Pelhe Gimenez, Diego Santos Teixeira **Aposentados** Munir Karam **Assuntos Institucionais** Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra **Assuntos Legislativos** Fabio Bergamin Capela **Assuntos Previdenciários** Marco Antonio da Cunha Araujo **Comunicação Social** Rogerio Ribas **Vice Diretor** Marcelo Pimentel Bertasso **Convênio** Francisco Carlos Jorge Cultural - **Diretor** Evandro Portugal **Membros** Mariana Gluszcynski Fowler Gusso, Flavia da Costa Viana, Fernanda Karam de Chueri Sanches **Divulgação e Revista** Joatan Marcos Carvalho **Esportes** Luiz Taro Oyama **Atletismo** Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira **Futebol** Davi Pinto de Almeida **Informática** Rui Portugal Bacellar **Integração – Curitiba, RMC e Litoral** Nilce Regina Lima **Integração – Interior** Larysa Angélla Copack Muniz **Direitos Humanos** Oswaldo Soares Neto **Memória e Arquivo** Chloris Elaine Justen de Oliveira **Motociclismo** Edgar Fernando Barbosa **Mútua** Themis Almeida Furquim Cortes **Obras** – **Diretor** Alexandre Barbosa Fabiani **Obras** – **Vice-Diretor** Horacio Ribas Teixeira **Ouvidoria** Rosicler Maria Miguel Vigna Mandorlo **Patrimônio** Fernando Ferreira de Moraes **Pensionistas** Marília de Oliveira Viel **Planejamento Estratégico** Fabio Andre Santos Muniz **Recursos Humanos** Maria Roseli Guiesmann **Sersocial** - **Diretor** Joel Pugsley **Sersocial** - **Membros** José Luiz Dosciatti, Gilberto Ferreira, Raul Luiz Gutmann **Social** Fabiane Pieruccini **Vices** Ana Paula Kaled Acioly Rodrigues da Costa, Andrea Fabiane Groth Busato **Tênis** - **Diretor** Wilson Jose de Freitas Junior **Vice-Diretor** Andre Carias de Araujo **SEDES Colombo** – **Vice Diretor** José Luiz Dosciatti **Foz do Iguaçu** – **Diretor** Geraldo Dutra de Andrade Neto **Vice-Diretor** Nicola Frascati **Guaratuba** - **Diretor** Ricardo Henrique Ferreira Jentszch **Vice-Diretor** Giovanna de Sá Rechia **Londrina** – **Diretor** Ademir Ribeiro Richter **Maringá** – **Diretor** Antonio Mansano Neto **Maringá** – **Vice-Diretor** José Camacho Santos **Pilarzinho** – **Diretor** Silvio Binhara **Vice-Diretor** Romero Tadeu Machado **Piraquara** – **Diretor** Marcos Vinicius Schiebel **Vice-Diretor** Vitor Roberto Silva **Ponta Grossa** – **Diretor** Fabio Marcondes Leite **Vice-Diretor** Joao Campos Fischer **CONSELHO FISCAL Presidente** Luiz Carlos Gabardo **Membros** Adalberto Jorge Xisto Pereira, Ana Lucia Lourenço, Irineu Stein Junior, Larysa Angélla Copack Muniz, Marcos Antonio Souza Lima, Jose Roberto Silverio, Carlos Eduardo Mattioli Kochanny, Edson Jacobucci Rueda Junior **Suplentes** Fernando Bueno da Graça, Ariovaldo Stropa Garcia, Patricia Roque Carbonieri, Walter Ligeiri Junior, Vanessa de Biasso Mazzutti **EMAP Diretor Geral** Joscelito Giovanni Cé **Supervisor Pedagógico** José Laurindo de Souza Netto **Coord. Geral de Cursos** Luciano Campos de Albuquerque **Coord. Formação Inicial** Luciano Campos de Albuquerque **Curitiba** – **Diretor** Rodrigo Otavio Rodrigues Gomes do Amaral, Rafael Vieira de Vasconcellos **Pedroso Cascavel** – **Diretor** Rosaldo Elias Pacagnan **Foz do Iguaçu** – **Diretor** Marcos Souza Lima **Maringá** – **Diretor** Willian Artur Pussi **Ponta Grossa** – **Diretor** Guilherme Frederico Hernandez Denz **Umuarama** – **Diretor** Maira Junqueira Moretto Garcia **JUDICEMED Presidente** Fernando Swain Ganem **Vice-Presidente** Luciano Carrasco Falavinha Souza **Diretor Financeiro** Luís Carlos Xavier **Diretor Administrativo** Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra **Conselho Fiscal** – **Presidente** Valter Ressel **Membros** Marco Antonio Massaneiro, Raul Vaz da Silva Portugal **Suplente** Michela Vechi Saviato **Conselho Gestor** Antonio Renato Strapasson, Hayton Lee Swain Filho, Shiroshi Yendo, Fabiane Pieruccini



Rocha

LEILÕES
MAGNO ROCHA
LEILOEIRO OFICIAL/RURAL

AQUI O TRABALHO VAI ALÉM DE BATER O MARTELO.

Assessoria completa e especializada
para você ficar tranquilo.

Com uma vasta experiência no segmento, a **Rocha Leilões** presta **toda assessoria** para realizar o seu leilão, desde a preparação dos documentos até a veiculação da publicidade do mesmo.

O escritório possui uma **equipe qualificada** que acompanha todo o processo de venda, **solucionando** todas as dúvidas que possam surgir e trazendo **comodidade** ao contratante, além da **certeza de bons negócios** a cada leilão.

CONSULTE-NOS.

WWW.ROCHALEILOES.COM.BR

R. Alferes Poli, 311 - Sala 4 - Centro - Curitiba/PR | **41.3077 8880**